



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica

Bruna Borges de Araújo Bulhões

**DO DESENCADEAMENTO PSICÓTICO À MONTAGEM DE UM CORPO: um
estudo teórico-clínico**

Rio de Janeiro

2023

Bruna Borges de Araújo Bulhões

**DO DESENCADEAMENTO PSICÓTICO À MONTAGEM DE UM CORPO: um
estudo teórico-clínico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

B933d Bulhões, Bruna Borges de Araújo
Do desencadeamento psicótico à montagem de um
corpo: um estudo teórico-clínico / Bruna Borges de
Araújo Bulhões. -- Rio de Janeiro, 2023.
82 f.

Orientador: Angélica Bastos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2023.

1. Corpo. 2. Psicose. 3. Desencadeamento. 4.
Fragmentação. 5. Escrita . I. Bastos, Angélica,
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Bruna Borges de Araújo Bulhões

DO DESENCADEAMENTO PSICÓTICO À MONTAGEM DE UM CORPO: um estudo
teórico-clínico

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica (Instituto de Psicologia), da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada em:

Prof. Dra. Angélica Bastos de Freitas Rachid Grimberg, UFRJ

Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro Costa, UFF

Prof. Dra. Mariana Mollica da Costa Ribeiro Araújo, UFRJ

Rio de Janeiro

2023

*Ao meu pai, que me ensinou sobre os
arranjos.*

AGRADECIMENTOS

À Angélica Bastos, pela orientação assertiva, pelas palavras escolhidas com cuidado, significantes que me conduziram no percurso de pesquisa.

Ao CNPq, pela assistência financeira fornecida durante esses dois anos de dedicação ao trabalho.

À minha banca examinadora, composta por Mariana Mollica e Carlos Costa, cujas contribuições foram indispensáveis na construção da minha dissertação.

À Tatiane Grova e à Marícia Ciscato, a quem tenho grande admiração pela ética e transmissão da psicanálise, e que desempenham papel fundamental na minha formação.

À minha mãe, pela força e pelo apoio. Por sempre me lembrar da coragem. À minha avó, que é fonte constante de inspiração com seu amor pelo estudo e pela escrita, e cujo percurso acadêmico, curiosamente, foi dedicado ao estudo de Joyce. À Sofia Acris (*in memoriam*), que me ensinou sobre o amor.

À Olívia Janot, meu amor, parceira constante nestes dois anos de trabalho. Agradeço por sua infinita paciência, pelos incontáveis fins de semana dedicados a revisões e pesquisas ao meu lado; prometo tirar férias logo mais. À Isabel Janot, pela calorosa hospitalidade e por me receber na tranquilidade de sua casa, onde encontrei momentos de profunda tranquilidade que contribuíram significativamente para o progresso da minha escrita.

Aos queridos amigos Manoela Nunes e Celso Perez, cujo acompanhamento e contribuições foram essenciais para dar forma e substância a essa pesquisa.

À Rachel Bivar, que acompanhou o início da minha trajetória, me apoiou e não permitiu que eu desistisse. Aos amigos Pedro e Luana, que são como família para mim, e desempenharam papéis fundamentais no início e ao longo de todo esse processo. A tantos amigos incríveis que, se citados um a um, não caberiam nesta página.

RESUMO

ARAÚJO, Bruna. **Do desencadeamento psicótico à montagem de um corpo**: um estudo teórico-clínico. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

Essa pesquisa de dissertação teve como eixo central de trabalho a investigação do corpo nas psicoses. Partimos do princípio de que todo sujeito vivencia inicialmente a experiência de um corpo fragmentado, sendo preciso um trabalho de montagem corporal concernente a cada falante. Freud, a partir de seus estudos sobre o narcisismo, introduz essa ideia ao formular sobre o movimento da libido na tarefa de constituição do eu. Nas psicoses, vimos que há, por parte do vivente, o movimento de retirada da libido do mundo externo, conseqüente de uma defesa radical da realidade. A defesa constituinte da psicose será a *Verwerfung*, termo utilizado por Freud, que define o mecanismo específico dessa estrutura. J. Lacan, articulando a questão das psicoses a nível da linguagem, tratará a *Verwerfung* freudiana como a forclusão do significante Nome-do-Pai. Nesta perspectiva, buscamos investigar a constituição do corpo nas psicoses considerando essa condição. Com isso, introduzindo o conceito de *objeto a*, estabelecido por Lacan e imprescindível à nossa pesquisa, verificamos a função de sua extração na constituição da imagem corporal e averiguamos que, nas psicoses, o corpo se caracteriza pelo excesso de gozo deslocalizado, justo por não contar com a extração do objeto condensador de gozo. Posto isso, para embasar a pesquisa, casos clínicos da literatura foram apresentados, além de um caso particular, que serviu de alicerce para pensar questões como o desencadeamento psicótico, os efeitos no corpo provocados por essa experiência e os caminhos possíveis para lidar com a fragmentação corporal. O recurso à escrita, por fim, serviu ao paciente em questão para responder ao gozo dilacerante que vivenciava, auxiliando-o na montagem de um corpo. Nesse sentido, para pensar conceitos como escrita, gozo e estabilização à luz da teoria lacaniana, adentramos às noções de lalíngua e letra instituídos por Lacan ao longo de seu ensino.

Palavras-chave: Corpo; Psicose; Fragmentação; Desencadeamento; Gozo; Escrita; Lalíngua.

RÉSUMÉ

ARAÚJO, Bruna. **Du déclenchement psychotique à l'assemblage d'un corps**: une étude théorique-clinique. Rio de Janeiro, 2023. Dissertation (Master en Théorie Psychanalytique) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

Cette proposition de thèse a eu comme axe central de travail, la recherche du corps dans les psychoses. Nous partons du principe que tout sujet éprouve initialement l'expérience d'un corps morcelé et il faut donc un travail d'assemblage corporel concernant chaque parlant. Freud, à partir de ses études sur le narcissisme, introduit cette idée lors de la formulation sur le mouvement de la libido dans la tâche de constitution du moi. Dans les psychoses, nous avons vu qu'il y a, de la part du vivant, le mouvement d'élimination de la libido du monde extérieur, résultant d'une défense radicale de la réalité. La défense constitutive de la psychose sera la *Verwerfung*, terme utilisé par Freud, qui définit le mécanisme spécifique de cette structure. J. Lacan, en articulant la question des psychoses au niveau du langage, traitera la *Verwerfung* freudienne comme la forclusion du Nom-du-Père. Dans cette perspective, nous cherchons à étudier la constitution du corps dans les psychoses en considérant cette condition. En introduisant ainsi le concept d'*objet a*, établi par Lacan et indispensable à notre recherche, nous vérifions la fonction de son extraction dans la constitution de l'image corporelle et nous avons analysé que, dans les psychoses, le corps se caractérise par un excès de jouissance délocalisée, juste en ne comptant pas sur l'extraction de l'objet condensateur de jouissance. Cela dit, pour étayer la recherche, des cas cliniques de la Littérature ont été présentés, ainsi qu'un cas particulier, qui a servi de base à penser des questions telles que le déclenchement psychotique, les effets sur le corps provoqués par cette expérience et les moyens possibles de faire face au morcellement corporel. Le recours à l'écriture, finalement, a servi au patient en question de réponse à la jouissance déchirante qu'il éprouvait, l'aidant à assembler un corps. En ce sens, pour penser des concepts comme l'écriture, la jouissance et la stabilisation à la lumière de la théorie lacanienne, nous y ajoutons les notions de lalangue et de lettre instituées par Lacan tout au long de son enseignement.

Mots-clés: Corps; Psychose; Fragmentation; Déclenchement; Jouissance; Écriture; Lalangue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema L.....	33
Figura 2 - Experimento do buquê invertido	38
Figura 3 - Esquema dos dois espelhos	39
Figura 4 - Esquema R.....	46
Figura 5 - Esquema I.....	47
Figura 6 - Nó Borromeu com quatro aros, com sinthoma.....	70
Figura 7 - Nó borromeu de três aros	70
Figura 8 - O nó que rateia.....	72
Figura 9 - O ego corretor.....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – AS PSICOSES: UM PERCURSO DE FREUD À LACAN	16
1.1 – A psicose em Freud: uma defesa radical	16
1.1.1 – Quem foi Daniel Paul Schreber?	17
1.1.2 – Uma leitura freudiana de Schreber: do desencadeamento à construção delirante	19
1.1.3 – Sobre o Narcisismo	22
1.2 – As psicoses no primeiro ensino de Lacan: sobre o Caso Schreber e o desencadeamento	25
1.2.1 – Na origem há <i>Bejahung</i> ou <i>Verwerfung</i>	27
1.2.2 – O esquema L: a relação com a alteridade	32
CAPÍTULO 2 – A PROBLEMÁTICA DO CORPO NAS PSICOSES	36
2.1 – Os esquemas óticos	37
2.2 – O objeto pequeno <i>a</i> : a libra de carne.....	40
2.3 – Uma breve vinheta clínica: O caso Roberto.....	42
2.4 – Construir um corpo	43
CAPÍTULO 3 - O INTERESSE ELETIVO PELA ESCRITA	53
3.1 - Significante e letra no ensino de Lacan.....	53
3.2 - “A carta roubada”, de Poe, às considerações de Lacan	55
3.3 - Breves considerações sobre Lituraterra.....	60
3.4 - A escrita: um tratamento do real?	63
3.5 - Joyce e a escrita do ego: o <i>sinthoma</i>	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa do corpo se manifestou a partir de minhas experiências clínicas. A problemática da imagem corporal aparecia com grande frequência na fala de alguns pacientes e, a partir dos estudos de caso, pude perceber a sutileza necessária à escuta analítica para distinguir alguns casos graves de histeria de outros que abriam brecha para a hipótese de psicose. Em que medida é possível distinguir as perturbações de imagem vividas pelo sujeito neurótico, levando em conta o paradoxo do corpo como estranho-familiar — antinomia elaborada por Freud em seus escritos sobre “O infamiliar” (1919) —, do despedaçamento corporal da psicose? De antemão, todo sujeito vivencia a condição inicial de um corpo sem forma definida e, sobretudo, fragmentado. Habitar um corpo pode ser tão estranho quanto não habitar, e essa estranheza está posta para todos os sujeitos.

Nesse sentido, pensando a questão diagnóstica como elemento de auxílio para o manejo transferencial, era preciso compreender de que corpo falavam aqueles pacientes que tanto me suscitavam dúvidas. Para isso, era necessário um estudo sobre os processos de constituição corporal em ambas as estruturas, delimitando suas diferenças. Esse foi, portanto, o ponto de partida de minha investigação, questões que suscitaram o desejo de adentrar na pesquisa de mestrado.

No entanto, ao longo da trajetória na academia, a partir de todo o conhecimento adquirido nas discussões, que muito contribuíram para a delimitação do meu objeto de pesquisa, pude perceber que o corpo nas psicoses ganhava força enquanto questão. E, em conjunto com alguns casos clínicos que evidenciavam a temática do corpo — principalmente a partir de um caso específico que será apresentado no segundo capítulo desta dissertação — compreendi que meu desejo de pesquisa apontava para a investigação do corpo nas psicoses.

As psicoses escancaram a condição primeira de todos nós, sujeitos que, inicialmente, não possuem uma imagem corporal constituída em torno de um vazio; e nos ensina, de maneira preciosa, sobre o elaborado trabalho psíquico para fazer um corpo. O caso que será apresentado mais adiante retrata de maneira oportuna essa ideia e, a partir do que pude acompanhar com esse paciente, pude delinear de maneira mais precisa a direção da problemática de minha pesquisa.

A partir de uma operação cirúrgica, uma intervenção de corte no real do corpo, o paciente desencadeia uma psicose, denunciando um corpo despedaçado. Diante dos elementos

trazidos por ele, pude acompanhar os fenômenos corporais vividos no desencadeamento, que acusavam de maneira muito particular um corpo em desmontagem. O paciente, que antes dizia ter um recurso que o estabilizava (e que mais adiante confessa à analista o cunho deste recurso), agora avisa que precisa da ajuda da análise em sua recomposição. Surge, então, a demanda de escrever um relatório que possa detalhar as sensações que o acometem. Assim, o paciente se engaja nessa escrita. Esse papel escrito, posteriormente, parece desempenhar uma importante função apaziguadora. Perguntas surgem à analista, que se questiona sobre o momento desencadeador e sobre como a cirurgia e a perda do recurso estabilizador poderiam estar implicados nesse caso.

O que faz uma psicose desencadear? Quais são as condições para esse desencadeamento? Que efeitos no corpo podem ser recolhidos desta experiência? E, ainda, quais os caminhos para uma possível remontagem? Essas são algumas questões que serão levantadas ao longo da construção da dissertação e que, a partir do que nos instrui Freud e Lacan acerca dessa clínica tão rica em ensinamentos, tentarei dar conta de abordar.

Antes de fazer alguns apontamentos acerca das premissas teóricas utilizadas nesta pesquisa de dissertação, acredito ser relevante apresentar certas considerações a respeito do processo de escrita deste trabalho. Foi interessante perceber que meu objeto de pesquisa não foi dado de antemão, mas foi sendo descoberto ao longo desses dois anos de trabalho, sendo alinhavado ao longo do processo de escrita. De um desejo de pesquisa sobre o corpo em psicanálise, pude estreitar o interesse pelo estudo do corpo na psicose. Posteriormente, fazendo um contorno ainda mais preciso do objeto de estudo, a pesquisa direcionou-se para a investigação dos efeitos no corpo promovidos pelo desencadeamento psicótico. Nessa direção, pude observar que o caso clínico eleito como alicerce deste trabalho me solicitava ainda mais: pensar sobre o desencadeamento e suas premissas não parecia ser suficiente, era preciso também investigar o que permitiu ao paciente, nesse específico caso, certa estabilização corporal, ou, como ele próprio descreveu, remontar um corpo.

Assim, considerando a dissertação como resultado de minha prática clínica, esse caso em particular tornou-se o esqueleto da pesquisa. Temas como corpo, psicose, desencadeamento, estabilização e escrita puderam ser extraídos da pequena vinheta clínica que elaborei, revelando-me, portanto, o aspecto ensinante desse caso. O tema da escrita, em especial, ganhou espaço apenas ao final da trajetória de mestrado, quando me propus a pensar a função de um relatório produzido pelo paciente em sua perspectiva estabilizadora. Por ter sido explorado de maneira mais abrangente apenas no final do percurso de pesquisa, não pude dedicar ao conceito da escrita a minuciosa abordagem que o tema exige. No entanto, sabemos que um trabalho de

dissertação possui suas limitações e, mesmo por isso, os estudos continuam e apontam para novas possibilidades. Com o objetivo de orientar o leitor, apresentarei agora algumas considerações sobre a pesquisa, incluindo a metodologia utilizada na construção desse trabalho, as premissas teóricas propostas e a organização dos capítulos.

O referencial teórico deste trabalho de pesquisa teve relação estrita com o campo da clínica. Para isso, foi fundamental a apresentação de alguns estudos de caso, fundamentados no que pude recolher em supervisões, orientações, e a partir de meus estudos ao longo da trajetória clínica e acadêmica. No intuito de promover um estudo teórico e clínico, busquei delimitar, a partir de Freud, o percurso que faz o autor sobre a clínica das psicoses, desde seus primeiros esboços. Retomando a história clínica de Daniel P. Schreber — a partir da ótica freudiana e, posteriormente, na leitura lacaniana —, investiguei como cada autor construiu elaborações a respeito do desencadeamento na psicose e seus efeitos, verificando possíveis interlocuções com o caso clínico apresentado. O percurso teórico da pesquisa também contou com a leitura de alguns comentadores interessados na temática do corpo e da psicose, dos quais me servi para construir as articulações propostas. Vamos agora à divisão dos capítulos.

O primeiro capítulo desta pesquisa contou com uma breve contextualização da clínica das psicoses na obra de Freud e no ensino de Lacan. A partir de um retorno aos primeiros escritos de Freud sobre o tema, tratei de averiguar como o conceito da psicose foi sendo elaborado com o passar dos anos e quais as contribuições que o pai da psicanálise pôde conferir a essa clínica. Sabemos que, apesar de alguns obstáculos encontrados por Freud no tratamento das psicoses e seus manejos transferenciais, não houve perda de interesse pelo estudo dessa clínica, longe disso, Freud realiza importantes contribuições que servirão de arranque para as elaborações lacanianas.

Alguns artigos de grande importância auxiliaram nesse processo de estudo e veremos que, desde 1894, Freud já esboça algumas considerações sobre o tema. Partindo da teoria da defesa, apresentada pela primeira vez em seu artigo “As neuropsicoses de defesa” (1984), S. Freud faz uma breve elaboração sobre a psicose como consequência de um rompimento parcial com a realidade, característico de um mecanismo radical de defesa. Nessa direção, distingue as neuroses e as psicoses como estruturas que respondem à realidade cada uma à sua maneira.

Ao ler a obra escrita por Daniel P. Schreber, “Memórias de um doente de nervos” (1903), Freud recolhe importantes indicações sobre o mecanismo da paranoia e seus possíveis movimentos de estabilização. A partir de sua análise das memórias de Schreber, tece ainda mais elaborações acerca das psicoses, adentrando nos estudos sobre o funcionamento do delírio como tentativa de restabelecimento da realidade.

Em “Introdução ao Narcisismo” (1914), Freud avança em seus estudos sobre a constituição do eu, fazendo referência à teoria da libido a partir do caráter econômico do aparelho psíquico. Com isso, prossegue em suas investigações sobre as neuroses e psicoses, partindo da diferença entre libido do eu e libido do objeto.

Em 1924, publica “Neurose e Psicose”, indicando algumas características distintas das neuroses e das psicoses, localizando as primeiras na relação do conflito entre o eu e o isso, enquanto que as segundas resultariam do confronto entre o eu e o mundo externo. No mesmo ano, em “A perda da realidade na neurose e na psicose”, Freud nota algumas convergências no que diz respeito às estruturas e propõe tanto as psicoses como as neuroses como expressões de uma revolta do isso com a realidade. A diferença entre as duas incidirá no tratamento que o eu fará desse conflito que poderá, no caso das neuroses, buscar solução em satisfações substitutivas, enquanto que, nas psicoses, na tentativa de remodelagem da realidade. Para Freud, no entanto, as duas soluções empreendidas não são totalmente satisfatórias, denunciando que, em ambas, há algum grau de perda de realidade.

J. Lacan, partindo dos estudos freudianos, vai adiante com a questão das psicoses, articulando-as a nível da linguagem. No seminário das psicoses, o psicanalista destaca a questão psicótica como efeito da forclusão do Nome-do-Pai. A neurose, ordenada por esse significante, conta com o mecanismo do recalque (*Vendrängung*), encontrando nos sintomas satisfações substitutivas. As psicoses não percorrem o mesmo caminho e sua constituição é marcada pela rejeição à castração (*Verwerfung*), defesa que proporciona para o sujeito uma relação com a linguagem que é de outra ordem. É também nesse seminário que o psicanalista nos lembra que, na relação do sujeito com a linguagem, é preciso que haja uma *Bejahung* primordial, que pode ela própria faltar. A *Bejahung* será traduzida por Lacan como a afirmação do significante primordial — admitindo o símbolo, graças ao qual o sujeito do inconsciente se constitui —, fazendo contraponto à *Ausstossung*, formadora de uma dimensão exterior, que está fora de qualquer possibilidade de representação — a dimensão do Real. É possível, porém, que o sujeito não se valha da *Bejahung*, rejeitando o significante Nome-do-Pai. A rejeição, a *Verwerfung*, como vimos, é o mecanismo fundante das psicoses. Para construir essa ideia, Lacan retoma o “Homem dos Lobos”, servindo-se desse caso para formalizar o conceito de forclusão.

Que efeitos podemos averiguar, no corpo, consequentes da forclusão? Na ausência da ancoragem proporcionada pelo Nome-do-Pai, o psicótico se apoia, privilegiadamente, na dimensão imaginária. Com base no esquema L, apresentado por Lacan no seminário 2 e retomado em momentos posteriores, podemos propor que, no caso das psicoses, o imaginário não pode contar com uma sustentação simbólica — é como se o sujeito se resumisse a sua

própria imagem. O desencadeamento, portanto, pode ser pensado a partir do abalo da imagem especular sobre a qual o sujeito se apoia.

Na intenção de adentrar nas proposições de Lacan sobre os processos de formação de imagem e, em particular, investigar o funcionamento desses processos nas estruturas psicóticas, o segundo capítulo foi dedicado ao estudo dos esquemas ópticos propostos pelo psicanalista, explicitando a problemática do corpo nas psicoses. Através desses esquemas, podemos constatar o ponto de partida desta pesquisa: a condição inicial de todos os sujeitos é a fragmentação corporal. A constituição de um corpo não é uma tarefa simples, mas envolve um intenso trabalho psíquico — como Freud já nos alertou anteriormente, uma “nova ação psíquica” é necessária para passarmos do autoerotismo, com um corpo recortado em pulsões parciais, ao narcisismo (Freud, 1914). Para que esse corpo possa ser constituído, Lacan nos ensina que é preciso abdicar de gozo. Existe, portanto, uma perda fundamental promovida pela extração do *objeto a*, objeto não especularizável, que se destaca da organização narcísica. Com relação às psicoses, observamos que essa extração não ocorre e, conseqüentemente, há um excesso de gozo que pode retornar no corpo, no caso da esquizofrenia, ou no Outro, no caso da paranoia.

Ainda no segundo capítulo, com o intuito de fundamentar e investigar as questões previamente abordadas, apresento o caso clínico, que serviu de base fundamental para esta pesquisa. Conforme mencionado antes, esse caso é bastante ensinante no que se refere à clínica das psicoses, ilustrando os processos de desencadeamento, suas conseqüências no corpo e, mais ainda, soluções engendradas pelo paciente para lidar com a fragmentação que vivenciava. Recorrendo às elaborações de Jacques Alain-Miller em “A invenção psicótica” (2003), destaco o conceito de *invenção* para tratar do caso clínico. Miller, nesse artigo, salienta a necessidade de soluções para que, tanto os sujeitos neuróticos quanto os psicóticos, possam lidar com a questão do uso do corpo. Com isso, no intuito de pensar os meios encontrados pelo paciente na tentativa de construção de um corpo, adentro ao terceiro capítulo da pesquisa.

Considero que o último capítulo da dissertação foi resultado das considerações feitas em minha qualificação de mestrado. Ao apresentar o trabalho que pude construir até aquele momento, a banca me forneceu orientações valiosas, realizando importantes observações sobre a pesquisa. Essas indicações foram fundamentais para meu avanço no percurso da escrita, além de servirem de auxílio para o que já estava em andamento.

Ao apresentar o caso clínico para a banca, fui confrontada com uma pergunta que tem me acompanhado desde aquele dia até o momento presente: considerando o caso, qual o estatuto do papel escrito pelo paciente? Por que esse papel pôde conferir ao paciente alguma

estabilização corporal? A escrita de um relatório surge como demanda na tentativa de responder ao gozo dilacerante. De início, não era minha pretensão adentrar nos estudos sobre letra e escrita no ensino de Lacan, no entanto, para pensar essas questões, tornou-se indispensável perseguir esse estudo. Para tanto, foi necessário empreender um breve percurso pelo ensino lacaniano, recolhendo as elaborações do psicanalista sobre o conceito de escrita, investigando a relação entre escrita, gozo e estabilização. O terceiro capítulo se debruça, portanto, sobre esses conceitos.

De início, para abordar o tema da escrita, recorro ao que Lacan formula sobre a letra, conceito que é trabalhado desde seu primeiro ensino. Para fundamentar essa investigação, textos como “A instância da letra ou a razão desde de Freud” (1957/1998) e “O Seminário sobre a Carta Roubada” (1956/1998) foram utilizados, pensando o percurso lacaniano ao tratar da letra como estrutura localizada do significante. Trata-se, de acordo com Lacan, de desatrelar o significante de seu valor de mensagem para que possamos nos aproximar do que se trata na letra. Em “Lituraterra” (1972/2003), texto apresentado em seguida, Lacan formula novas concepções sobre a letra, aproximando-a da dimensão do gozo. Nesse sentido, caminho para pensar a relação entre letra, escrita e gozo, retomando algumas elaborações feitas por Lacan no seminário 20 e adentrando o conceito de *lalíngua*, imprescindível à nossa investigação. Mais adiante, reúno algumas observações sobre as contribuições lacanianas acerca de James Joyce, realizando uma breve leitura do seminário 23, com o auxílio de alguns comentadores do assunto. Embora não houvesse tempo para abordar esse estudo em toda sua extensão, era preciso empreender alguma aproximação com Joyce e sua literatura, a fim de pensar a relação entre escrita e suplência.

Por fim, veremos a relação estabelecida entre a prática da escrita e a estabilização no caso clínico apresentado, discorrendo acerca do estatuto dessa escrita e suas implicações.

CAPÍTULO 1 – AS PSICOSES: UM PERCURSO DE FREUD À LACAN

1.1 – A psicose em Freud: uma defesa radical

Em seu artigo “As neuropsicoses de defesa” (1984), Freud vai propor as psiconeuroses como consequências do funcionamento psíquico. Esse é um texto contemporâneo de “Estudos sobre histeria” (1893-95), trabalho que inaugura os estudos freudianos acerca das neuroses. Importante considerar que, um ano antes da publicação desse texto, Freud ainda estava produzindo um intenso trabalho neurológico, mesmo que, ao longo dos dois anos posteriores à publicação, tenha se engajado em investigar o problema das neuroses não mais a partir de concepções meramente orgânicas. Desde a pré-história da psicanálise até a instauração da primeira tópica, Freud realiza um percurso marcado pelo abandono gradativo de suas noções anatômicas do aparelho psíquico, passando a compreendê-lo em sua virtualidade. É a partir de suas formulações em “*Traumdeutung*” (1900), que Freud demarca o início de sua teoria topográfica, introduzindo a noção sistemática do psiquismo.

Em seu escrito sobre as psiconeuroses, Freud discute pela primeira vez a teoria da defesa e utiliza a expressão “fuga para a psicose”, apresentando diferentes saídas para o sujeito que se depara com a realidade aflitiva. Inicialmente, ocupando-se das neuroses, o autor discorre sobre as consequências psíquicas do recalque, defesa tipicamente neurótica. Nesse artigo, Freud pressupõe que as quantidades de excitação, retiradas das representações aflitivas ao eu, são deslocadas para outros destinos. Nessa mesma passagem, vemos que Freud (1894/1977) já faz alusão à condição econômica do aparelho psíquico e ao deslocamento libidinal como mecanismo de defesa. No caso das neuroses, essa quantidade de excitação pode se deslocar para a inervação somática, ocasionando a histeria de conversão, ou ainda, pode permanecer na esfera psíquica, encontrando satisfação substitutiva em outras representações de pensamento, ocasionando a fobia e a neurose obsessiva.

A defesa para Freud seria, portanto, um mecanismo do eu que procura se afastar de uma representação desagradável. As psicoses, porém, apesar de também se servirem da defesa, não contam com o trabalho do recalque, logo, a libido não encontra satisfação em sintomas. Freud faz uma rápida elaboração sobre o mecanismo da psicose e a compreende como uma defesa ainda mais radical, havendo rejeição parcial da realidade. A ideia que o autor propõe nesses casos é a de que o eu rompe drasticamente com a representação incompatível, inclusive com o

seu afeto, ocorrendo um desligamento do mundo externo. Não há, como nas neuroses, uma desconexão entre excitação e representação, mas um afastamento por parte do eu de ambos. O psicótico, portanto, vai se comportar como se a representação jamais tivesse ocorrido.

Nela, o eu rejeita a representação incompatível junto com o seu afeto e se comporta como se a representação jamais tivesse ocorrido. Mas, a partir do momento em que isso é conseguido, o sujeito fica numa psicose que só pode ser qualificada como confusão alucinatória (Freud, 1894, p. 33).

Freud não contextualiza tão claramente nesse texto suas investigações sobre a psicose, apesar de introduzir importantes elaborações sobre o tema. É em “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa” (1896/1987) que encontramos mais conteúdo sobre o assunto, principalmente a partir da leitura de um caso de paranoia atendido por Freud, sob indicação de Josef Breuer. O caso da Sra. P. comprova para Freud que a paranoia se aproxima das neuroses se a pensamos a partir da teoria da defesa. Na escrita desse caso, Freud vai se propor a investigar a etiologia da paranoia e o mecanismo da alucinação, mesmo que de maneira ainda inaugural.

Em suas formulações sobre “Memórias de um doente de nervos”, uma autobiografia escrita por Daniel Paul Schreber em 1903, Freud avança nos estudos sobre o funcionamento paranoico e sobre o delírio como tentativa de restabelecimento da realidade. Acredito ser relevante retomar brevemente a história clínica desse caso, que será trazido continuamente ao longo da escrita dessa pesquisa.

1.1.1 – Quem foi Daniel Paul Schreber?

Marilene Carone, tradutora de “Memórias de um doente de nervos” (1903/2021), escreve uma importante introdução, intitulada “Da loucura de prestígio ao prestígio da loucura”, onde faz considerações acerca da história de Schreber. Nessa seção, Marilene faz alguns apontamentos sobre o passado do presidente, descrevendo episódios que possuem relação direta com a construção de sua enfermidade.

Segundo Carone, Daniel Paul Schreber (1842-1911) foi descendente de uma família de burgueses protestantes que buscavam reconhecimento através de seus trabalhos intelectuais. O pai de Schreber, Daniel Gottlob Moritz Schreber (1808-61), foi um médico ortopedista e pedagogo que escreveu diversos livros sobre educação infantil. Schreber (pai) acreditava em uma educação baseada em preceitos moralistas e extremamente rígidos, caracterizada pelo

controle completo dos aspectos da vida da criança, desde os primeiros hábitos com alimentação e higiene até a vida espiritual. Além disso, elaborou e construiu diversos aparelhos ortopédicos para garantir a postura ereta do corpo da criança, aplicando esse método em seus próprios filhos. Seu filho mais velho, Daniel Gustav, se suicidou aos 38 anos e Daniel Paul Schreber passou grande parte de sua vida em sanatórios psiquiátricos. Ainda assim, a relação de Paul Schreber com o seu pai era de obediência e, ao que parece, respondia com mansidão ao seu tratamento autoritário. Sobre a figura materna, pouco se sabe, apenas que era uma mulher submetida às decisões do marido, deprimida e pouco afetuosa.

Em 1859, um acidente trágico causou um comprometimento cerebral irreversível no pai de Schreber, retirando-o completamente da vida profissional e provocando sua morte três anos depois, em 1861. Em 1877, seu irmão mais velho se suicidou, deixando Daniel Paul como último descendente da honrosa família Schreber. O filho teria a missão, portanto, de carregar o legado da tradição familiar ou, como insinua Carone, proporcionar uma descendência à qual pudesse delegar essa missão. É nessa intenção que Daniel Paul se casa com Ottilie Sabine Behr.

Schreber tinha uma carreira de jurista que crescia constantemente, assumindo frequentemente novos cargos. Em 1884, tornou-se vice-presidente do Tribunal Regional de Chemnitz e, pouco depois, sofreu uma derrota nas eleições parlamentares. Após uma publicação em um jornal local, recebido como um insulto por Schreber, o jurista foi internado pela primeira vez na clínica psiquiátrica da Universidade de Leipzig, dirigida pelo prof. Flechsig. Nessa época, Schreber fez apontamentos sobre uma crise de hipocondria, mencionando um repentino emagrecimento. Queixou-se de ter perdido de dez a quinze quilos, ainda que a balança provasse o contrário, e se convenceu de que os médicos o enganavam sobre o seu peso. Nessa ocasião, Schreber já trazia indicações de uma possível construção delirante, mesmo que ainda não sistematizada.

Schreber permaneceu na clínica psiquiátrica por seis meses, até 1885. Em 1886, considerou-se curado, e então retornou às suas atividades no Tribunal Regional. Ao longo dos próximos oito anos, caracterizados por Schreber como “bem felizes”, sua única frustração foi a impossibilidade de se tornar pai, evidenciada após seis abortos espontâneos sofridos por sua esposa.

Em 1893, após sua nomeação ao cargo de juiz-presidente da Corte de Apelação, na cidade de Dresden – um posto vitalício e muito elevado para sua idade, representando o ponto máximo e último de sua carreira –, Schreber sofreu um colapso mental. Daniel Paul se queixava de insônia, sensibilidade à ruídos e angústia intensa. Aqui, sua enfermidade começa a dar notícias novamente. Neste momento, recorreu novamente ao prof. Flechsig que, em princípio,

tentou tratá-lo em casa. O estado de Schreber, no entanto, se agravou e foi preciso levá-lo novamente à clínica psiquiátrica. Sua alta hospitalar levou nove anos para acontecer.

Daniel Paul Schreber afirmou que, dessa vez, finalmente conseguiram enlouquecê-lo, declarando, como podemos supor, um provável desencadeamento. Ao longo da internação, Schreber se entregava cada vez mais às fantasias místico-religiosas, constituindo o que Freud (1911/1996) chamaria de um “engenhoso sistema delirante”.

1.1.2 – Uma leitura freudiana de Schreber: do desencadeamento à construção delirante

Logo no início de sua análise, Freud localiza a primeira doença de Paul Schreber, iniciada em 1884, caracterizando-a como uma “grave hipocondria”, restabelecida pouco tempo depois, ao final de 1885. Anos depois, ao assumir o cargo de juiz-presidente, em 1893, Schreber relata alguns sonhos que traziam indicações de um possível retorno de sua enfermidade. Menciona episódios, entre o sono e a vigília, de pensamentos que o invadiam: “deve ser muito bom ser mulher e submeter-se ao ato da cópula” (Freud, 1911/1996). Nessa passagem, Schreber já dava notícias do cunho de sua construção delirante que, nesse momento, ainda não se articulava como uma narrativa estruturada.

Ainda no ano de 1893, Schreber manifesta sua segunda doença, e então retorna à mesma clínica em que fora internado anteriormente, aos cuidados do Dr. Flechsig. Nesse período, queixa-se de ideias hipocondríacas e descreve episódios de amolecimento do cérebro, distúrbios cenestésicos, ilusões visuais e auditivas

[...] acreditava estar morto e em decomposição, que sofria de peste; asseverava que seu corpo estava sendo manejado da maneira mais revoltante, e como ele próprio declara, passou pelos piores horrores que alguém possa imaginar, tudo em nome de um intuito sagrado (Freud, 1911, p. 24).

Essa passagem descrita por Freud nos vale na medida em que comunica importantes impressões sobre os efeitos corporais vividos por Schreber no desencadeamento de sua doença. Um corpo em decomposição parece declarar que algo não está composto corporalmente, e é na busca por um restabelecimento que Schreber inicia a construção de seu delírio.

Segundo o Dr. Weber, diretor da clínica, Schreber transitava de uma “insanidade alucinatória” até um quadro de paranoia muito bem estabelecido ou, como descreveu,

“cristalizado”. A partir de um grande trabalho de constituição, o paciente constrói um delírio místico-religioso, não tendo dúvidas de que se comunica diretamente com Deus e recebe ordens para que sua missão de redenção do mundo seja cumprida. Deixaria de ser apenas um homem, ocupando a posição de “mulher de Deus”, e essa é a condição necessária para que se torne o Redentor, devolvendo ao mundo o seu estado de "beatitude". O Dr. Weber relata indicações sobre o caso:

O ponto culminante do sistema delirante do paciente é a sua crença de ter a missão de redimir o mundo e restituir à humanidade o estado perdido de beatitude. Foi convocado a essa tarefa, assim assevera, por inspiração direta de Deus, tal qual aprendemos que foram os Profetas; pois os nervos, em condições de grande excitação, assim como os seus estiveram por longo tempo, têm exatamente a propriedade de exercer atração sobre Deus (Freud, 1911, p. 27).

Como nos indica Freud, Schreber não deseja a transformação em mulher, mas entende a ocupação desse novo lugar como uma necessidade em sua missão de restabelecer o mundo, e é uma condição fundamentada na Ordem das coisas, da qual não há escapatória. Seu corpo está, portanto, a serviço dos milagres divinos e é o único objeto sobre o qual tais milagres podem incidir.

Em um episódio que muito interessa a essa pesquisa, Schreber relata que viveu muitos anos sem estômago, sem intestinos, quase sem pulmões. Suas costelas estavam despedaçadas, não tinha bexiga e era um costume engolir, por vezes, a própria laringe com a comida (1903/2021). Na medida em que sua doença se agrava, podemos perceber efeitos que indicam uma desmontagem, um corpo que não está encadeado. O que restitui o corpo de Schreber são os "raios divinos", que reconstroem seus órgãos, fazendo-o ter uma vida imortal. Esse relato nos ensina significativamente sobre a função de restituição do delírio e, em Schreber, seu sistema foi construído de maneira tão engenhosa que não há prazo para um fim.

Trata-se de um processo de desenvolvimento que provavelmente exigirá décadas, senão séculos, para sua conclusão, sendo improvável que alguém hoje vivo sobreviva para ver o seu final (Freud, 1911, p. 27).

Em algumas passagens de sua obra, após a estabilização de seu delírio, P. Schreber relata que, já há algum tempo, percebe as pessoas ao redor como semelhantes, como pessoas reais, e não mais como “homens apressadamente improvisados”, indicando uma abertura para o laço social. Como nos propõe Guerra (2010), Freud, em sua análise sobre Schreber, faz uma

importante distinção entre a enfermidade e a tentativa de restabelecimento nas psicoses, opondo-se à ideia de que o delírio seria um sintoma dessa estrutura, elevando-o ao nível de tentativa de cura.

Nesse sentido, Freud (1911/1996) deixa claro que o delírio de Schreber é uma construção que tem como objetivo estabelecer algum remendo com a realidade e, para isso, existe mecanismo, *método* em sua loucura. Ao tratar do cunho de seu delírio místico-religioso, Schreber descreve a função dos nervos de Deus na restituição de seu corpo que, antes fragmentado, encontra nos milagres divinos meios de se recompor.

Ainda em seus escritos, Freud faz uma importante objeção acerca da projeção no delírio de Schreber e compreende que não há nesses casos uma projeção para o exterior daquilo que foi suprimido. Em uma importante passagem, Freud afirma que "aquilo que é abolido internamente no caso de uma psicose, retorna desde fora" (1911/1996, p. 78), ou seja, não é possível tratar do que ocorre nas psicoses a partir do mecanismo projetivo. Nessa direção, há uma abertura para pensarmos no fenômeno da *Verwerfung*, conceito elaborado mais adiante, e que denuncia o caráter da defesa psicótica, caracterizada por uma supressão da relação com a realidade. J. Lacan faz um importante apontamento sobre essa questão, e nos instrui que o mecanismo da psicose é de outra ordem:

Basta ler o texto de Freud sobre o presidente Schreber, para perceber que, embora não haja tempo para abordar a questão em toda a sua extensão, ele nos mostra todos os perigos que há em fazer intervir de maneira imprudente, a respeito da paranoia, a projeção, a relação do eu ao eu, seja do eu ao outro (Lacan, 1955-56, p. 95).

Ao pensar sobre a dimensão da libido na paranoia, Freud vai considerar a megalomania como uma resposta desses sujeitos que retornam para o eu a libido retirada dos objetos. Há, portanto, uma regressão ao estágio do narcisismo, e é essa a característica fundamental da paranoia. A dimensão econômica do aparelho psíquico é formulada de maneira mais profunda em seus escritos sobre o narcisismo, onde Freud vai refletir sobre os movimentos de retirada e investimento da libido, ora investida nos objetos, ora no eu.

1.1.3 – Sobre o Narcisismo

Em 1914, poucos anos depois da publicação de suas notas psicanalíticas sobre o Caso Schreber, Freud faz mais um avanço em seus estudos sobre a defesa das psicoses, elaborando “Sobre o narcisismo, uma introdução”. É nesse texto que o autor, a partir de suas considerações sobre a teoria da libido, investiga os mecanismos característicos das parafrenias, que vão interessar no percurso desta pesquisa.

Em Freud, o narcisismo é uma estrutura necessária à constituição do eu, uma etapa que possibilita o percurso que vai do autoerotismo ao amor objetal. A partir de seus estudos sobre o funcionamento da libido, Freud percebe em casos de parafrenia (nomenclatura adotada na época para se referir à esquizofrenia e demência precoce), um abandono de interesse do sujeito pelo mundo externo – fato que, segundo ele, inviabilizaria o estabelecimento da transferência e, por conseguinte, a possibilidade do tratamento analítico. Com as neuroses, porém, mesmo quando a libido é retirada do mundo externo, em vez de um total retorno ao eu, o investimento permanece deslocado para os objetos, mesmo que sejam objetos da própria fantasia.

Introduzindo a diferença entre libido do eu e libido do objeto, Freud compreende o movimento dos impulsos libidinais — ora voltados para uma direção, ora para outra — e declara, a partir dessa dinâmica, um caráter econômico do aparelho psíquico. Ou seja, quanto mais empregada a libido em uma direção, mais esvaziada estará em outra.

Tudo o que observamos foram emanações dessa libido – as catexias objetais que podem ser transmitidas e retiradas novamente. Também vemos, em linhas gerais, uma antítese entre libido do eu e libido objetal. Quanto mais uma é empregada, mais a outra se esvazia (Freud, 1914, p. 83).

Pensando nesse movimento de economia, o autoerotismo seria esse momento anterior no qual a libido é inteiramente investida no corpo, ainda caracterizado pela independência das zonas erógenas e pulsões parciais. Ao distinguir o narcisismo primário do secundário, Freud assinala que o primeiro compreende o narcisismo dos pais, e é uma etapa que se acrescenta ao autoerotismo, a fim de constituir uma unidade corporal para o sujeito, necessária à formação do eu.

[...] o eu tem de ser desenvolvido. As pulsões autoeróticas, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo (Freud, 1914, p. 84).

Construída essa unicidade do corpo, a libido encontrará novas vias de satisfação a partir do investimento nos objetos do mundo. Com o parafrênico, no entanto, a situação parece ser diferente. Para Freud, ele parece ter retirado sua libido de pessoas e coisas do mundo, sem que houvesse a substituição pelos objetos da fantasia. A megalomania seria um caminho para essa libido que regride para o eu. Nesse caminho, faz alusão ao que apresenta em seu texto sobre o Caso Schreber quando, ao se ater às formulações sobre a paranoia, instrui que a condição de retorno da libido para o eu é um recurso de defesa.

Como vimos anteriormente, qualquer sujeito que se depare com uma situação aflitiva tende a regredir sua libido. Na tentativa de estabelecer uma diferença entre os quadros de esquizofrenia e paranoia, Freud aponta, ainda em suas notas psicanalíticas, que haveria uma independência do quadro paranoico no que diz respeito às suas condições psíquicas. Apesar da possível existência de características esquizofrênicas em alguns casos de paranoia, assegura que há uma fixação libidinal diferentemente localizada. Embora ambas recorram ao desligamento da libido dos objetos, a paranoia se caracteriza pela retração libidinal em direção ao narcisismo, enquanto a esquizofrenia se manifesta através de uma fixação no autoerotismo. Com isso, Freud atesta maior gravidade para os casos de esquizofrenia que, regredidos de maneira mais radical, encontram-se ainda autoerotizados.

A regressão estende-se não simplesmente ao narcisismo (manifestando-se sob forma de megalomania), mas a um completo abandono do amor objetal e um retorno ao autoerotismo infantil. A fixação disposicional deve, portanto, achar-se situada atrás do que na paranoia, e residir em algum lugar no início do curso do desenvolvimento entre o autoerotismo e o amor objetal (Freud, 1911, p. 84).

Ainda em 1914, Freud considera uma aproximação entre as parafrenias e as neuroses quando propõe que ambas as estruturas são caracterizadas por um afastamento da realidade, mesmo que na histeria e nas obsessões não haja rompimento de suas relações eróticas com os objetos. Essa passagem nos permite aludir ao que Freud relata em “A perda da realidade na neurose e na psicose” (1924), quando sugere a neurose e a psicose como perturbações do sujeito que se depara com a realidade.

Esse texto é contemporâneo ao “O eu e o isso” (1923), e se localiza na segunda teoria tópica, na qual Freud acrescenta novas concepções à sua primeira formulação do aparelho psíquico. Se em sua primeira teoria o psiquismo era um aparelho que se dividia virtualmente em inconsciente, pré-consciente e consciente, nessa segunda fase de sua obra, Freud acrescenta novas delimitações. Se antes o inconsciente fazia as vezes do conteúdo recalcado, na segunda teoria topográfica, o eu também é, em parte, inconsciente. Nesse sentido, Freud reformula o conceito de neurose como resultado do conflito entre consciente e inconsciente e propõe uma nova antítese, considerando a oposição entre o eu e o isso.

Em “Neurose e psicose” (1924), Freud retoma essa ideia quando propõe uma fórmula simples que pode auxiliar na distinção entre a neurose e a psicose. “Se a neurose é resultado de um conflito entre o eu e o isso, a psicose é um desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o eu e o mundo externo” (Freud, 1924/1996, p. 169). Ou seja, se nas neuroses o eu, a serviço do supereu, entra em conflito com o isso, nas psicoses, o eu, submetido ao isso, entra em conflito com a realidade. Há, nesse último caso, uma frustração muito radical por parte do sujeito que se depara com uma realidade que parece inaceitável. Ainda nesse texto, Freud faz referência ao delírio, quando propõe esse mecanismo como tentativa de remendo do eu com a realidade.

Com referência à gênese dos delírios, inúmeras análises nos ensinaram que o delírio se encontra aplicado como um remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do eu com o mundo externo. Se essa precondição de um conflito com o mundo externo não nos é muito mais observável do que atualmente acontece, isso se deve ao fato de que, no quadro clínico da psicose, as manifestações do processo patogênico são amiúde recobertas por manifestações de uma tentativa de cura ou uma reconstrução (Freud, 1924, p. 171).

No entanto, ao notar convergências entre os mecanismos das neuroses e psicoses, Freud vai propor que, em ambos os casos, a tarefa empreendida pelo eu não alcança plenamente o seu objetivo. Nas duas estruturas, portanto, poderíamos considerar questões relativas à perda da realidade e, mais ainda, à tentativa de substituí-la, seja através do sintoma ou do delírio.

Existe, portanto, outra analogia entre uma neurose e uma psicose no fato de, em ambas, a tarefa empreendida na segunda etapa pode ser parcialmente mal sucedida, de vez que a pulsão recalcada é incapaz de conseguir um substituto completo (na neurose) e a representação da realidade não pode ser remodelada em formas satisfatórias (Freud, 1924, p. 210).

Em sua obra, Freud faz um percurso em torno dos mecanismos de defesa e, como vimos, considera a psicose, assim como as neuroses, como resultado de um conflito do sujeito com a realidade. Para essa operação de rejeição parcial da realidade, particular ao trabalho das psicoses, Freud utiliza o termo *Verwerfung*. Mais tarde, J. Lacan chamará esta operação de forclusão do Nome-do-Pai. No seminário 3, Lacan relembra que Freud acata o termo *Verwerfung* para determinar essa operação de exclusão, e também recorda da diferença entre *Verwerfung* e recalque.

O que cai sob o golpe do recalque retorna, pois o recalque e o retorno do recalado são apenas direito e avesso da mesma coisa [...] Em compensação, o que cai sob o golpe da *Verwerfung* tem uma sorte completamente diferente [...] o que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung*, reaparece no real (Lacan, 1955-56, p. 21, 22).

Dito isso, vou recorrer agora às considerações de Lacan sobre a clínica das psicoses, delineando seus avanços, principalmente a partir das elaborações iniciais da década de 50, quando apresenta suas primeiras lições, reunidas no seminário das psicoses.

1.2 – As psicoses no primeiro ensino de Lacan: sobre o Caso Schreber e o desencadeamento

Em 1955, J. Lacan inicia seu seminário sobre as psicoses. Logo de saída, em suas primeiras lições, o psicanalista considera que, apesar de ter se empenhado no estudo das psicoses, Freud não apresenta possibilidades para o tratamento nessa clínica. Lacan pretende avançar nessa questão. Como ele próprio anuncia, “todo o benefício que a análise das psicoses pode produzir não havia sido de todo evidenciado” (Lacan, 1955-56/1988, p. 11).

A fim de que seja possível a abertura de um campo para o tratamento na clínica das psicoses, Lacan esclarece que é preciso aprofundamento no que diz respeito à psicose como um mecanismo de linguagem. A partir de uma releitura do Caso Schreber, retoma as considerações freudianas e assinala que tomar sua paranoia como consequência de uma defesa à tendência homossexual não parece ser um caminho tão preciso. Com isso, traz importantes indagações acerca da defesa de Schreber: “O que é essa homossexualidade? Em que ponto da economia do sujeito ela intervém? Como ela determina a psicose?” (Lacan, 1955-56/1988, p. 41). Lacan vai

assinalar que a causa que provoca essa defesa está longe de ser unívoca, e vai lembrar que, no processo de desencadeamento, Schreber atravessa algumas crises. Além disso recorda que, entre a primeira e a segunda crise, as esperanças de paternidade de Schreber não foram satisfeitas e, logo depois, ao ser convocado à presidência, Schreber assumiu funções de grande responsabilidade, o que pode ter servido de estopim para o desencadeamento da segunda crise. Assinala, portanto, um possível paralelo entre esses eventos:

O mesmo valor desencadeador é reconhecido nesses dois acontecimentos. Anotam que o presidente Schreber não tenha tido filhos para consignar um papel fundamental à noção de paternidade. Mas se admite, ao mesmo tempo, que é finalmente porque ele acede a uma posição paterna que, ao mesmo passo, o temor à castração revive nele, com uma apetência homossexual correlativa. Eis o que estaria diretamente em causa no desencadeamento da crise (Lacan, 1955-56, p. 42).

Apesar de concordar com Freud quando entende que, em Schreber, pode haver uma defesa radical em jogo – tão radical a ponto de levar o sujeito a uma desrealização –, Lacan se pergunta sobre a etiologia dessa defesa. Para Freud, a psicose de Schreber se relaciona com seu narcisismo ameaçado e sua megalomania se manifesta como resposta ao seu temor narcísico (1955-56, p. 359). Schreber, ao se tornar "mulher de Deus", afasta-se daquilo que lhe é tão caro: a sua virilidade. Freud parece, portanto, não abrir mão do objeto fálico na economia libidinal de Schreber.

Seja qual for o remanejamento que ele tenha introduzido em toda a sua teorização, através de todas as fases de esquematização que pôde dar da vida psíquica, a prevalência do centro fálico jamais foi modificada (Lacan, 1955-56, p. 360).

J. Lacan (1955-56/1988), em contrapartida a essa ideia, ensina que, em Schreber, jamais pode se tratar de castração. Essa definição será maturada ao longo do seminário das psicoses, sendo estabelecida mais precisamente em suas últimas lições. Nessa época, Lacan é preciso quando afirma que, no delírio de Schreber, não podemos supor uma maturidade genital, isto é, que haja em sua estrutura uma organização em torno do falo. A tendência homossexual de Schreber seria secundária aos seus sintomas hipocondríacos, que são sintomas psicóticos, e que denunciam um corpo que não está sustentado simbolicamente.

Segundo Guerra (2010), o efeito da defesa constitutiva do psicótico vai modificar a relação desses sujeitos com a linguagem, ainda no momento mesmo de sua constituição. Logo no primeiro capítulo do seminário 3, Lacan lembra que é preciso que haja uma *Bejahung* primordial, isto é, uma admissão no sentido do simbólico, que pode ela própria faltar (Lacan, 1955-56/1988).

1.2.1 – Na origem há *Bejahung* ou *Verwerfung*

[...] pode acontecer que alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entre na simbolização, e seja, não recalcado, mas rejeitado (Lacan, 1955-56, p 100).

J. Lacan (1955-56/1988) insiste que, em Freud, o complexo de Édipo é orientado por uma Lei que está *ab origine*. É nesse sentido que pressupõe a existência de uma Lei que opera desde o início, e que, a partir dela, se organiza a sexualidade humana. Para Lacan, essa Lei é, antes de tudo, a Lei da simbolização.

No intuito de elaborar suas concepções acerca dos processos de simbolização, Lacan se debruça no artigo de Freud “A negativa” (*Die Verneinung*, 1925). Nesse texto, o pai da psicanálise investiga aspectos do aparelho psíquico no que se refere aos juízos de atribuição e existência. Freud (1925/1996), vai propor que há, a partir de um juízo de existência — juízo concernente à *Verneinung* —, a possibilidade da afirmação ou da negação de conteúdos de pensamento.

Ao tratar da *Verneinung*, Freud (1925/1996) compreende a negativa como uma operação que denuncia o valor do conteúdo recalcado. Nas palavras do autor, o conteúdo ou imagem de uma ideia reprimida pode abrir caminho até a consciência com a condição de que seja negado. A *Verneinung*, portanto, é uma operação que permite ao sujeito dar-se conta daquilo que recalca, sem que haja necessariamente a aceitação desses pensamentos. O juízo, ainda, será tomado por Freud nesse artigo em uma segunda dimensão, tendo como função asseverar se algo que está no eu como representação pode ser redescoberto também na realidade. Trata-se daquilo que diz respeito ao dentro e fora:

A função do julgamento está relacionada, em geral, com duas espécies de decisões: ela afirma ou desafia a posse, em uma coisa, de um atributo particular, e assevera ou discute que uma representação tenha uma existência na realidade (Freud, 1925. p.268).

Nessa segunda dimensão, o juízo será tomado por Freud em seu valor de atribuição, este que será responsável pela afirmação ou expulsão, coordenando os movimentos de *Bejahung* e *Ausstossung* e, com isso, determinando o que deve ou não ser inscrito no psiquismo. Para que o juízo de existência — concernente à *Verneinung* — possa operar, é preciso que, primeiro, os conteúdos de pensamento tenham vindo à luz pelo juízo de atribuição, estabelecendo o que Lacan chama de simbolização primordial. Nesse sentido, a *Verneinung* (a negação) e a *Verdrängung* (o recalque) estão no mesmo campo, no nível do simbólico.

Na leitura de Lacan, a *Bejahung* será traduzida como a afirmação do significante primordial, admitindo o símbolo através do qual se constitui o sujeito do inconsciente; e, a *Ausstossung*, como a constituição de uma dimensão exterior, que está fora de qualquer possibilidade de representação. Nesse sentido, a *Bejahung* e a *Ausstossung*, ainda nos primeiros tempos da constituição do sujeito, trabalham em conjunto.

E, como no mesmo movimento em que algo é introduzido no sujeito algo é expulso e resta fora, constitui-se uma dimensão no sujeito humano que a representação não atinge: o real, na medida em que ele é o domínio do que subsiste fora da simbolização (Guerra, 2010, p. 28).

Em sua leitura, Lacan (1955-56/1988) admite que Freud, desde a carta 52, alude à existência de um significante primordial, e que é preciso supor uma organização anterior de linguagem, ao menos parcial. Nas palavras do psicanalista, “o significante é, pois, dado primitivamente, mas ele não é nada enquanto o sujeito não o faz entrar em sua história” (Lacan, 1955-56/1988, p. 185). Ao submeter-se à Lei da simbolização, o sujeito estará destinado aos registros da *Verneinung*, da *Verdichtung*, e da *Verdrängung*.

Como visto anteriormente, a *Verneinung* (a negação), é da ordem do juízo de existência e diz respeito “ao que somos capazes de fazer vir à tona por uma via articulada” (Lacan, 1955-56/1988, p. 103). A *Verdichtung* é a lei do mal-entendido, o que permite a multiplicidade de sentidos, ou, como afirma Luiz Alfredo Garcia-Roza no artigo “A função significativa da palavra” (2019), é o que permite a satisfação sincrônica de tendências opostas. É através do

mal-entendido que podemos fazer valer os sentimentos de amor e ódio por uma mesma pessoa ou objeto, sem que estes se excluam mutuamente. A *Verdrängung* (o recalque), diferente da lei do mal entendido, dirá respeito ao intolerável que deixamos correr “subterraneamente” mas que, nem por isso, deixa de manifestar suas exigências e fazer valer sua dívida, através do sintoma neurótico (Lacan, 1955-56/1988).

Mas, no nível da *Bejahung* e da *Ausstossung*, onde poderíamos localizar o registro da *Verwerfung*? Para Lacan, Freud admite um fenômeno de exclusão que parece ser legítimo. No seminário das psicoses (1955-56/1988), o psicanalista vai dizer que, na relação do sujeito com o símbolo, existe a possibilidade de uma *Verwerfung* primitiva, ou seja, de que algo não tenha sido simbolizado. No sentido da *Verwerfung*, portanto, não haveria a *Bejahung* do significante primordial, ficando ele rejeitado.

Ao nível dessa *Bejahung* pura, primitiva, que pode realizar-se ou não, estabeleceu-se uma primeira dicotomia – o que teria sido submetido à *Bejahung*, à simbolização primitiva, terá diversos destinos, o que cai sob o golpe da *Verwerfung* primitiva terá um outro (Lacan, 1955-56, p. 100).

Segundo Lacan (1955-56/1988), o que acontece quando o sujeito não pode se valer da *Bejahung*, é a impossibilidade de realizar um compromisso simbolizante, tal como ocorre nas neuroses. Trata-se, portanto, de um fenômeno originário de exclusão do significante primordial, e é este o mecanismo fundante das psicoses.

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses” (1966/1998), o psicanalista retoma essa ideia quando propõe a *Verwerfung* como um mecanismo que se articula na ausência do juízo de atribuição, juízo este que, como dito antes, Freud afirma como necessário à qualquer aplicação possível da *Verneinung*. Lacan, ainda nesse texto, vai considerar que a *Verwerfung* pode ser traduzida como a forclusão do Nome-do-Pai.

Em seus termos:

A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como a forclusão do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pois pode responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente na significação fálica (Lacan, 1998, p 564).

Nessa perspectiva, Lacan (1955-56/1988) afirma que, de um lado há a *Verneinung*, a negação, e do outro, a *Verwerfung* e a alucinação, ou seja, o reaparecimento no real daquilo que é rejeitado pelo sujeito. Para ilustrar essa operação, Lacan retorna ao caso do "Homem dos Lobos" (1918), paciente atendido por Freud entre os anos de 1910 e 1914. Importante assinalar que é esse o caso do qual Lacan se serve para construir do conceito de foraclusão.

Serguei Pankejeff ou, como conhecido pelos leitores de Freud, o Homem dos Lobos, foi um aristocrata russo, nascido no séc. XIX. Sigmund Freud fará uma longa descrição de seu caso clínico logo após a conclusão do tratamento, por volta de 1915. Na escrita da história clínica, muitos detalhes do caso são apresentados no intuito de investigar uma possível neurose infantil, estabelecida após a cena primária, vivência que Freud destaca como decisória para o início do quadro enfermo do Homem dos Lobos. Nessa cena, assistida por Serguei ainda do berço, seus pais copulavam, e o menino presencia um coito a *tergo*, repetido por três vezes (Freud, 1917-18/1955). Ao longo da análise do Homem dos Lobos, Freud compreende que essa cena é determinante para a produção de um sonho marcante, vivido por Serguei aos quatro anos de idade, e que servirá de material na condução de sua análise.

O sonho se passa em seu quarto, durante a noite. Deitado na cama, Serguei observa uma grande nogueira com seis ou sete lobos brancos dispostos nos galhos da árvore. A janela se abre sozinha e um dos lobos o encara fixamente nos olhos. Nesse momento, a criança grita e acorda repleta de horror. O Homem dos Lobos, que já havia desenvolvido uma fobia associada a esse animal, se recorda de um livro da infância, no qual estava ilustrada a figura de um lobo em posição semelhante à de seu pai durante a cena primária. Nessa direção, Freud compreende a figura do lobo associada à figura paterna e, mais ainda, concerne ao pai o destino dos impulsos eróticos de Serguei que, antes, se direcionavam à irmã e à babá do paciente.

Esse objeto de identificação da sua corrente ativa tornou-se objeto sexual de uma corrente passiva na sua fase sádico anal. Era como se sua sedução pela irmã o houvesse forçado a um papel passivo, dando-lhe um objetivo sexual passivo. Sob a persistente influência dessa experiência, seguiu um caminho da irmã, via babá, para o pai – de uma atitude passiva em relação às mulheres para a mesma atitude em relação aos homens – e, encontrou, todavia, por esse meio, uma ligação com uma fase mais prematura e espontânea de seu desenvolvimento (Freud, 1917-18, p. 36, 37).

Partindo ainda da análise do sonho e da cena primária, Serguei se lembra de um outro episódio, quando, aos cinco ou seis anos de idade, brincava com a babá fazendo cortes com um

canivete no tronco de uma árvore que, como bem se recorda, era uma noqueira como a de seu sonho. Nesse momento, o menino observa a mão e, com grande terror, nota ter cortado o dedo mindinho, que ficou dependurado apenas por um pequeno pedaço de pele. Não diz nada à babá e fica por algum tempo sem olhar para as mãos, perplexo. No momento em que se acalma, Serguei volta o olhar novamente ao dedo cortado e o percebe intacto.

Freud, apesar de tratar o Homem dos Lobos como paciente neurótico, deixa indagações sobre o diagnóstico clínico. Ao longo da escrita do caso, se refere algumas vezes à castração a partir do termo rejeição (*Verwerfung*):

Rejeitava a castração e apegava-se à sua teoria de relação sexual pelo ânus. Quando digo que ele a havia rejeitado, o primeiro significado da frase é o de que ele nada teria a ver com a castração, no sentido de havê-la recalcado (Freud, 1917-18, p. 91).

Ainda que não houvesse uma comprovação do autor de que existiria um mecanismo diferente operando nesse caso, Lacan não deixa de se servir de algumas brechas deixadas por Freud, que apontavam para uma outra relação do Homem dos Lobos com a castração. O psicanalista não nega que Serguei Pankejeff apresenta traços que sugerem uma psicose. Apesar de certa ambiguidade posta por Freud no uso dos termos, o caso do Homem dos Lobos permite a Lacan uma leitura que destaca a *Verwerfung* como mecanismo de defesa diferente da *Verdrängung*. É justamente a partir da alucinação do Homem dos Lobos, descrita anteriormente, que Lacan tece elaborações sobre o mecanismo da *Verwerfung*.

Abaixo, destaco o trecho no qual Lacan disserta sobre a cena do dedo cortado:

A cena é a seguinte. Brincando com uma faca, ele cortou o dedo, que só ficou preso mesmo por um pedacinho de pele. O sujeito conta esse episódio num estilo calcado no vivido. Parece que toda referenciação temporal tenha desaparecido. Ele sentou em seguida em um banco, ao lado de sua ama, que é justamente a confidente de suas primeiras experiências, e não teve coragem de falar sobre isso. Quão significativa esta suspensão de toda a possibilidade de falar – e precisamente com a pessoa a quem ele falava tudo, e especialmente coisas dessa ordem. Há aí um abismo, uma imersão temporal, um corte de experiência, depois do que resulta não há absolutamente nada, tudo acabou, não falemos mais nisso. A relação que Freud estabelece entre esse fenômeno e esse especialíssimo *não saber nada da coisa, mesmo no sentido do recalcado*, expresso em seu texto, traduz-se por isso: o que é recalcado na ordem simbólica ressurgue no real (Lacan, 1955-56, p. 22).

Lacan (1955-56/1988) destaca que Freud, mesmo sem afirmar, faz alusão a algum mecanismo que se diferencia do recalque. Quando afirma que "não se quer saber, mesmo no sentido do recalque", Freud parece entender que, no sentido da *Vendrängung*, sabe-se de algo, ainda que não se queira. Nesse sentido, Lacan é preciso quando escreve que “se há coisas que o paciente não quer nada saber, mesmo no sentido do recalque, isso supõe um outro mecanismo” (1955-56/1988, p. 177). Nessa direção, se apodera do termo *Verwerfung*, no intuito de nomear essa operação que, diferente do recalque, implica uma rejeição.

A rejeição à castração como mecanismo específico das psicoses será uma questão elaborada por Lacan ao longo de seu terceiro seminário, sendo melhor estabelecida nos últimos capítulos dessa obra. Apenas em sua última lição, Lacan se apodera do conceito de foraclusão para traduzir essa operação:

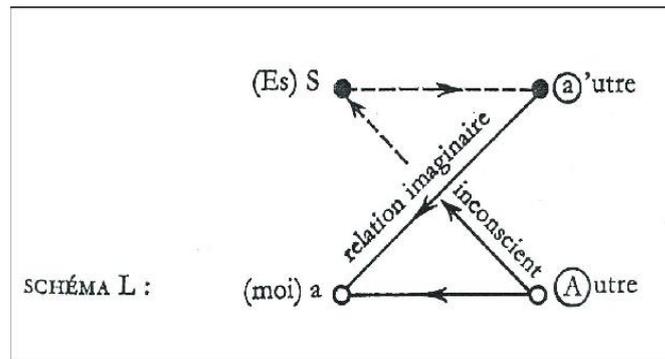
O que há de tangível no fenômeno de tudo o que se desenrola na psicose é que se trata da abordagem pelo sujeito de um significante como tal, e da impossibilidade dessa abordagem. Não torno a voltar à noção da *Verwerfung* de que parti, e para a qual, tudo bem refletido, proponho que vocês adotem definitivamente esta tradução que creio ser melhor – a *foraclusão* (Lacan, 1955-56, p 369).

1.2.2 – O esquema L: a relação com a alteridade

Ainda no seminário das psicoses, ao situar a diferença crucial entre o recalque neurótico e o mecanismo específico das psicoses (a *Verwerfung*), Lacan disserta acerca da relação de ambas estruturas no campo do simbólico.

A distinção essencial é esta: a origem do recalcado neurótico não se situa no simbólico no mesmo nível de história que o do ‘recalcado’ de que se trata na psicose (Lacan, 1955-56, p. 23).

Figura 1 - Esquema L



Fonte: Lacan, 1955-56, p. 23

O esquema L nos serve na medida em que ilustra a relação do sujeito com o Outro, a partir dos eixos imaginário e simbólico. Se no neurótico, a mensagem é recebida do grande Outro de forma invertida, como se dará essa relação na psicose? Para Lacan, no psicótico, os fenômenos elementares e, em especial, a alucinação, demonstram um sujeito plenamente identificado ao seu eu (Lacan, 1955-56/1988). Nesse sentido, Lacan adverte sobre a condição dessa estrutura, que opera na dialética com o Outro privilegiadamente no eixo imaginário.

Ainda assim, não é possível afirmar que a relação do psicótico com o simbólico esteja de todo comprometida. Lacan diz:

A relação simbólica não é nem por isso eliminada, pois que se continua falando (e mesmo que só se faça isso), mas resulta desse desconhecimento que aquilo que demanda fazer-se reconhecer no sujeito no próprio plano da troca simbólica autêntica – que não é tão fácil de ser atingida uma vez que ela é perpetuamente interferida – é substituído por um reconhecimento do imaginário (Lacan, 1955-56, p. 24).

Em “De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses” (1966/1998), Lacan aborda essa questão quando afirma que o estado do *S* (sujeito), na neurose e na psicose, depende do desenrolar da relação com a alteridade. O sujeito, na medida em que está implicado no campo do Outro, se encontra repuxado para os quatro cantos do esquema L, nos quais o *S* corresponderia ao sujeito em sua existência; *a*, aos seus objetos; *a'* a seu eu enquanto imagem e *A* como lugar onde se formula a questão sobre sua própria existência: “Quem sou eu para o Outro”?

Guerra (2010), ao dissertar sobre o esquema L, esclarece que é a partir do atravessamento edípico e da incidência da lei paterna que é possível fundar a relação simbólica $S-A$, operação crucial na separação do sujeito do campo do Outro. É a partir dessa operação que a relação imaginária $a-a'$ pode se apoiar simbolicamente. Nas psicoses, com a forclusão do Nome-do-Pai, essa sustentação fica prejudicada e, com isso, o esquema L se deforma, produzindo uma linha horizontal, coincidindo o sujeito à sua imagem ($S-a'$) e o Outro aos objetos ($A-a$). Assim, o campo do imaginário e do simbólico coincidem e é como se o sujeito se resumisse à sua própria imagem. Pode-se contar, a partir dessa ideia, o que costuma acontecer no desencadeamento psicótico, quando essa imagem especular vacila:

Na grande maioria dos casos, o sujeito se encontra apoiado em identificações imaginárias, como por exemplo, a de funcionário perfeito. Se essa imagem especular vacila – numa demissão ocasional – ele não possui outros recursos para responder sobre quem é, sobre o enigma de seu ser, justamente por carecer de um referente simbólico a partir do qual ele se significaria (Guerra, 2010, p. 33).

J. Lacan, na última lição do seminário das psicoses, argumenta que a entrada na psicose é um acontecimento que compreende determinações etiológicas e, como visto anteriormente, o significante Pai, de alguma maneira, define essa etiologia. Em Schreber, é obrigatoriamente pela relação puramente imaginária que deve passar o registro do significante no momento em que ele é invocado, chamado pelo Outro. É nesse sentido que Schreber é solicitado onde não possui recursos simbólicos para responder. É porque o significante primordial está foracluído que não há como haver uma resposta nesse registro.

Observem esse momento crucial com atenção e vocês poderão delinear essa passagem em toda entrada na psicose – é o momento em que o outro como tal, do campo do outro, vem o apelo de um significante essencial que não pode ser acolhido (Lacan, 1955-56, p. 353).

Paul Schreber, ao ser convocado para assumir uma posição de autoridade, desencadeia uma crise, e, com isso, certifica a não inscrição do Pai. Essa convocação denuncia sua psicose, que não encontra meios simbólicos de sustentação. Lacan (1955-56/1988) diz que não é por acaso que todo o trabalho de reconstrução delirante de Schreber se faz em torno das figuras

paternas que, ao se substituírem umas às outras, encontram identificação na figura do Pai maior, o Deus que ordenará a Schreber o seu destino.

Tratando ainda do desencadeamento, e retomando o curso central desta pesquisa, como pensar os efeitos no corpo consequentes desse fenômeno? Schreber deixa claro em muitas passagens de sua obra que, no decorrer de suas crises, experimenta um corpo despedaçado, fato que acusa uma imagem não sustentada simbolicamente.

A fim de dar continuidade a essa investigação, é preciso convocar as elaborações de Lacan sobre o estágio do espelho, delineando suas considerações sobre a formação da imagem especular e sua sustentação simbólica.

CAPÍTULO 2 – A PROBLEMÁTICA DO CORPO NAS PSICOSES

O estudo do delírio de Schreber tem o interesse eminente de nos permitir discernir de maneira desenvolvida a dialética imaginária. Se ela se distingue manifestamente de tudo o que podemos pressupor de uma relação instintiva, natural, é em virtude de uma estrutura genérica que marcamos na origem, e que é a do estágio de espelho. Essa estrutura faz antecipadamente, do mundo imaginário do homem, alguma coisa de decomposto (Lacan, 1955-56, p. 107).

Para formular o processo de formação da imagem do sujeito, Lacan propõe a teoria do estágio do espelho, esquema que ilustra a construção dessa imagem a partir da identificação com o outro. Esse outro agiria como espelho, desde o qual o sujeito poderia se constituir enquanto reflexo. Nesse processo de espelhamento, podemos dizer que um corpo vai sendo construído externamente ao sujeito, a partir de uma identificação imaginária — corpo que será assumido e firmado a partir de incorporações simbólicas.

Parte-se da concepção de que, inicialmente, vivenciamos a experiência de um corpo fragmentado ou, como lembra Freud (1914), recortado em pulsões parciais. Para que o sujeito possa reconhecer e assumir uma imagem integrada, é preciso o outro ou, mais ainda, a palavra do Outro.

A imagem integrada não se produz para a criança sem a linguagem, sem o que Lacan chama o Outro [...] o que possibilita que a criança se identifique como essa imagem no espelho é a palavra do Outro (Brousse, 2014, p. 5).

Em “O estágio do espelho como formador da função do eu”, texto localizado nos Escritos (1966/1996), Lacan diz que o estágio do espelho tem a função de fabricar para o sujeito, a partir de uma identificação, a fantasia que se produz desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma em sua totalidade. Nesse sentido, Brousse (2014) argumenta que a teoria do espelho nos leva a considerar que a unidade do corpo não é resultado de sensações orgânicas, mas da imagem encontrada no espelho ou no outro. A imagem, portanto, recobre um corpo despedaçado e a identificação do sujeito com o reflexo no espelho concede unidade ao que não tem.

Os esquemas óticos utilizados por Lacan, serviram para ilustrar o percurso de feitura e organização dessa imagem, utilizando um esquema que demonstra o corpo ainda despedaçado do bebê que, ao se deparar com o Outro, assume uma imagem própria.

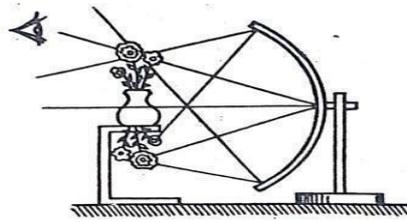
O estágio do espelho, eu o tenho frisado, não é simplesmente um momento do desenvolvimento. Tem também uma função exemplar, porque revela certas relações do sujeito à sua imagem, enquanto *Urbild* do eu (Lacan, 1953-54, p. 91).

Adiante, apresentarei os esquemas óticos utilizados por Lacan a partir de seu primeiro seminário, “Os escritos técnicos de Freud” (1953-54/1986), e retomado ainda mais adiante, no seminário “A angústia” (1962-63/2004).

2.1 – Os esquemas óticos

Em seu primeiro seminário, "Os escritos técnicos de Freud" (1953-54/1986), Lacan apresenta uma introdução do esquema, que nomeará de "experimento do buquê invertido". Nesse esquema, inspirado em um experimento de ótica realizado por Bouasse, uma caixa oca é posta de frente a um espelho esférico, de modo que esteja na altura de seu centro. Sobre essa caixa oca, está um vaso vazio e, embaixo da caixa, há um buquê de flores. Segundo Lacan (1953-54/1986), em virtude da propriedade da superfície esférica, todos os raios emanados de um ponto dado convergem em um mesmo ponto simétrico. Desse modo, a partir de um certo ângulo, é possível enxergar um buquê imaginário que se forma bem no gargalo do vaso. Se o olhar não estiver localizado em um certo ponto específico diante do espelho, não há como ter essa experiência imaginária do vaso com o buquê de flores, mas apenas a visão de um vaso solitário, sem flores.

Figura 2 - Experimento do buquê invertido



A experiência do buquê invertido

Fonte: Lacan, 1953-54, p. 94

Assim, Lacan faz uma relação entre o que acontece no processo de formação da imagem do sujeito que, antes fragmentada, pode ser unificada a partir do Outro. O olho, no esquema, seria o símbolo do próprio sujeito que, a partir do espelho esférico (Outro), consegue reunir as suas pulsões em uma imagem unificada, representada pelo vaso com flores. J. Lacan assinala:

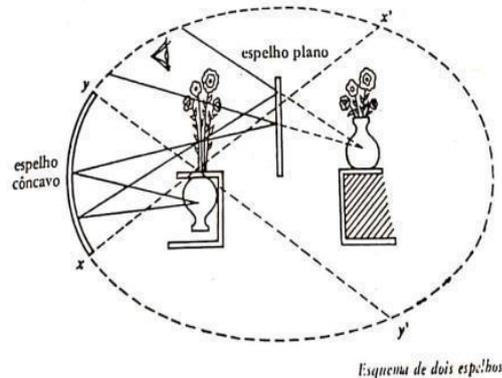
É sobre isso que insisto na minha teoria do espelho – só a vista da forma total do corpo humano dá ao sujeito um domínio imaginário de seu corpo, prematuro em relação ao domínio real. Essa formação é destacada do processo mesmo de maturação e não se confunde com ele. O sujeito antecipa-se ao acabamento do domínio psicológico, e essa antecipação dará o seu estilo a todo o exercício posterior do domínio motor efetivo (Lacan, 1953-54. p.96).

Em uma segunda interpretação do esquema, ainda no seminário 1, Lacan desloca os objetos de lugar. Nessa nova interpretação, à esquerda está o espelho côncavo e, ao invés das flores, é o vaso que se encontra invertido, enquanto o buquê está acima da caixa. O olho, acomodando-se mais ou menos na altura das flores, verá a imagem do vaso envolvendo o buquê, reflexo da unidade do corpo, sob a caixa oca. Nesse esquema, Lacan avisa que, para que o olho tenha condições ótimas de visão, é preciso que haja, mais ou menos no meio do ambiente, um espelho plano. A partir da inclusão do espelho plano, o observador, representado pelo olho, enxerga, num ponto simétrico ao ponto que está a imagem real, uma imagem virtual reunida do vaso com flores — de maneira ainda mais nítida.

Oliveira (2010) afirma que, quando Lacan admite o espelho plano com a função de garantir uma visão mais nítida, podemos pensar que a função desse espelho é, senão, a função de suporte simbólico da imagem narcísica. Esse esquema, portanto, salienta o encargo do

simbólico, que permite ao sujeito acesso à imagem virtual ($i'a$) unificada, conseqüente do reflexo da imagem real $i(a)$, produzida pelo espelho côncavo.

Figura 3 - Esquema dos dois espelhos



Fonte: Lacan, 1953-54, p. 147

É proposto, portanto, que o Outro — enquanto alteridade — compareça como um "espelho vivo", na medida que o sujeito encarna uma imagem a partir do que vê.

Lacan adverte:

É que o eu humano é o outro e no começo o sujeito está mais próximo da forma do outro do que do surgimento de sua própria tendência. Ele é originalmente coleção incoerente de desejos — aí está o verdadeiro sentido da expressão corpo espedaçado [...] o sujeito humano desejante se constitui em torno de um centro que é o outro na medida em que ele lhe dá sua unidade (Lacan, 1955-56, p. 52).

Conforme ressaltado por Oliveira (2010), Lacan nos lembra de que, para a constituição de um corpo, são necessárias incorporações simbólicas. Em outras palavras, é na dialética entre sujeito e Outro que a imagem corporal se unifica.

Essa operação, que acontece ao longo do complexo de Édipo, ocorre a partir da intervenção de um terceiro — o Pai — que se interpõe na relação mãe-bebê, privando ambos de seus objetos de desejo — a mãe da criança e a criança da mãe. É nesse momento que o sujeito se desloca gradualmente do lugar de falo da mãe para ocupar uma nova posição. Nesse sentido, com a ordenação do sujeito no campo do Outro, o corpo se firma em sua consistência. Para

Lacan, o Nome-do-Pai seria essa regulagem que ordena a bateria de significantes primordiais concedida pelo primeiro Outro do bebê, instaurando uma lei no que antes estava em desordem.

Aqui fica bastante evidenciado que é a partir do Outro que o sujeito tem como regular seu corpo que vem a se constituir como consistência imaginária (Oliveira, 2010, p. 62).

Com base no ensinamento de Lacan sobre o processo de constituição da imagem própria, podemos reconhecer a intensa atividade psíquica necessária para a tarefa de montagem de um corpo. Desde Freud, essa condição já foi estabelecida, quando o autor apontou que o eu não é preexistente e requer uma construção. O que há no momento anterior a essa constituição é um corpo desordenado, recortado em pequenos pedaços, os quais Lacan nomeia de *objetos a*.

2.2 – O objeto pequeno *a*: a libra de carne

Os *objetos a*, segundo Lacan, são constitutivos do corpo, pedaços que devem ser extraídos para que a imagem corporal tenha chance de se constituir. Em sua definição, os *objetos a*, como restos não especularizáveis, são elementos que se destacam da produção narcísica e, como resíduos da operação de castração, constituem um corpo marcado pela falta. A consistência corporal se estrutura, portanto, em razão de uma perda, ou, como melhor diz Lacan, uma perda de gozo. No seminário da angústia (1962-63/2004), o psicanalista, em sua célebre passagem, relembra que há no corpo, em virtude da dialética significante, algo separado, algo sacrificado, algo inerte, que é a libra de carne.

Ao tratar, ainda no seminário 10, da função do resto, Lacan (1962-63/2004) determina o *objeto a* a partir de sua relação íntima com a separação, uma separação que é essencial para a constituição de uma relação com o corpo próprio. Lembra, ainda, que é um objeto extraído conforme o sujeito se submete ao trabalho de uso do significante, e que permanece irrecuperável.

É essa parte de nós que é aprisionada na máquina e fica irrecuperável para sempre. Objeto perdido nos diferentes níveis da experiência corporal em que se produz seu corte (Lacan, 1962-63 p.237).

Desse modo, a função do *objeto a* nada mais é que a função de resto, e esse resto é, segundo Lacan (1962-63/2004), o pedaço que vai sobreviver à provocação da divisão do campo do Outro pela presença do sujeito. A extração do *objeto a*, ou ainda, a extração de gozo, permite ao sujeito um corpo ordenado, localizado em suas pulsões.

Brousse (2014), dirá que o *objeto a* tem função fundamental na união entre a experiência orgânica e a imagem do corpo. Nesse sentido, o laço entre a imagem e corpo tem relação com as experiências de gozo, que ‘grampeiam’ a imagem ao organismo.

A boca, ânus, falo, Lacan vai acrescentar os ouvidos e os olhos, todas as zonas que permitem grampear a imagem com o organismo (o que Freud já enfatizara e que Lacan vai retomar), chamando esse grampo de *objeto pequeno a* (Brousse, 2014, p.7).

Mas e nas psicoses? O que poderíamos recolher acerca da problemática do corpo, levando em consideração a não extração desse objeto?

Como vimos ao longo do trabalho, nas psicoses, o processo de constituição corporal não conta com a entrada na ordem fálica. O psicótico, ao rejeitar a operação da castração, não conta com a extração do *objeto a*, tão caro na constituição de um contorno. Constrói-se, conseqüentemente, um corpo desordenado em suas pulsões, sem a regulação da lei. O corpo do psicótico se caracteriza, portanto, por um excesso de gozo, deslocalizado, que pode retornar no corpo (esquizofrenia) ou no Outro (paranoia).

Assim, pensando a questão do corpo nas psicoses, o desencadeamento denunciaria uma fragmentação, um corpo que não conta com a amarração conseqüente da operação fálica. Lacan, porém, no segundo momento de seu ensino, vai repensar o lugar dado a esse significante primordial e, a partir da descentralização do Nome-do-Pai, compreenderá essa função como apenas uma das mais diversas possíveis. As psicoses, nesse momento, anunciam uma maneira inédita do sujeito de localizar-se frente ao Outro.

As diferenças entre as estruturas se mantêm, mas passam a ser tratadas a partir dos impasses que lhe são próprios e em relação ao que faz problema para todo o ser humano – a relação da inconsistência do campo do Outro (Oliveira, 2010, p. 14).

O trabalho com a psicose, portanto, passa a ter como direção estabelecer um modo de tratamento para o excesso de gozo, que pode contar com maneiras inéditas de localização.

Nessa direção, a fim de ilustrar quais são os efeitos do desencadeamento psicótico no corpo e também pensar nas possibilidades de estabilização, apresentarei uma breve vinheta clínica, que muito me ensinou sobre essa problemática.

2.3 – Uma breve vinheta clínica: O caso Roberto

Em supervisão, a partir de cuidadosos estudos sobre um caso que acompanhava, pude recolher alguns elementos importantes em determinado momento da análise de um paciente. Em dada ocasião, Roberto precisou fazer uma cirurgia intrusiva. O paciente dirigia à analista certa confusão, demonstrando medo com a possibilidade de intervenção no corpo. Logo após a operação, envia uma mensagem para a analista avisando que teve reações ao pós-operatório. Conta que estava sentindo muitas agonias sensoriais, e que precisava de ajuda. Segundo Roberto, um recurso foi perdido após a cirurgia – que, provavelmente, lhe concedia alguma sustentação imaginária – e, com isso, precisaria encontrar algum novo método que o fizesse se sentir bem novamente. Ao abrir mão desse recurso, o paciente relata sensações de despedaçamento corporal e solicita ajuda na intenção de remontar o que estava fragmentado. Ao perguntar para Roberto o que ele achava que poderia ajudá-lo nessa remontagem, o paciente pronuncia a necessidade de que a analista escreva um documento redigido, que relate as agonias sensoriais que estava sentindo. Ao acolher a demanda de Roberto, a analista pergunta se o paciente gostaria de auxiliá-la na escrita do documento. Ao concordar com a ideia, Roberto inicia o processo de escrita. A analista acolhe o relatório e, a partir de sua assinatura e carimbo, assegura uma validação ao documento construído pelo paciente. Mais adiante, Roberto conta que, na iminência de uma nova crise, recorreu ao relatório e, a partir de incessantes leituras do documento, conseguiu se acalmar. Aquele papel parece ter tido uma função para o paciente.

O caso de Roberto nos ensina sobre o processo de desencadeamento e suas consequências no corpo na medida em que, a partir da perda de recursos que asseguravam certa estabilização corporal, o paciente experimenta sensações de fragmentação. A partir de uma intervenção no real do corpo, Roberto vivencia um despedaçamento e, sem recursos para vestir essa experiência, tenta construir em análise uma possível resposta ao Real, apostando em novas formas de amarração.

2.4 – Construir um corpo

Jacques-Alain Miller traz, em “A invenção psicótica” (2003), a noção de "boa educação" de forma intrigante. Segundo ele, parte da educação seria a aprendizagem, por parte do sujeito, de soluções típicas para resolver o problema do uso do corpo. Nessa orientação, entendemos que o corpo constitui problemas para todos nós, salvo que, para os neuróticos, há soluções ordinárias para esses problemas. Se falamos em Nome-do-Pai nas neuroses, quais seriam, nas psicoses, os operadores possíveis? A partir do que recolhemos nas experiências da clínica, é possível averiguar soluções que são extraordinárias na tentativa de montagem de um corpo.

Retomando o caso clínico, como pensar a função do papel para Roberto? Quando o paciente comunica que, ao fazer a leitura do documento, algo se estabiliza na relação dele com o próprio corpo, surge a hipótese de que a escrita desse papel e, mais ainda, a legitimação desse escrito em análise, lhe serve como recurso. É possível cogitar que, em certa medida, o papel validado pela analista constitui para Roberto alguma localização na relação com o Outro?

Para Miller (2003), as psicoses recorrem a invenções distintas, se pensarmos na paranoia e na esquizofrenia. Para o esquizofrênico, o problema dos órgãos é privilegiado e, posto isso, podemos traçar um paralelo com o que diz Freud (1914) quando apresenta a esquizofrenia como uma manifestação mais grave que a paranoia, situada ainda no autoerotismo. Se o esquizofrênico não pode recorrer aos discursos estabelecidos, é obrigado a inventar um, inventar seus socorros para fazer uso de seus órgãos (Miller, 2003). Na paranoia, porém, não se trata de um problema com os órgãos, mas de um conflito na relação com o Outro. O gozo na paranoia vai retornar no Outro que, não barrado e gozador, objetifica o paranoico.

Em vista disso, pressupõe-se que a posição do analista na análise com psicóticos precisa considerar esse gozo deslocalizado. É necessário manejo para que não se encarne a posição do Outro sem barra e, para isso, é preciso apontar para um esvaziamento de saber. Em outras palavras, enquanto nas neuroses se trata de um saber suposto ao analista, nas psicoses, esse saber precisa estar do lado do analisante. É nesse sentido que, no caso de Roberto, a analista, ao convidá-lo ao trabalho de construção do relatório, se previne de ocupar o lugar de quem sabe e convoca o paciente a construir um corpo com seus próprios recursos.

Nesse sentido, o analista não ocupa a mesma posição com a qual trabalha nas neuroses. Nas psicoses, ele precisa se precaver de encarnar o Outro, buscando um lugar vazio de gozo que possa produzir um corte capaz de convocar o sujeito na psicose (Guerra, 2010, p. 21).

Podemos fazer referência ao que Miller (2003) propõe, quando formaliza que há uma diferença importante entre os termos "criação" e "invenção". A criação pressupõe uma construção a partir da descoberta de algo que não é existente. Como nos lembra Vieira (2021), retomando Lacan do seminário 7, a criação é *ex-nihilo*, sem causa, 'assim é'. A invenção, no entanto, supõe a construção a partir de recursos já existentes. Nesses termos, Miller utiliza o conceito de "bricolagem" para determinar a invenção.

Muito interessa a esta pesquisa a apresentação que Miller faz em "A invenção psicótica" (2003) de um paciente esquizofrênico que, em suas palavras, dizia ter a sensação de estar fora do corpo. O esquizofrênico conta que precisaria inventar recursos para se ligar novamente ao corpo, passagem que remete ao que foi apresentado no caso de Roberto, quando o paciente pede ajuda para encontrar algum novo método que remonte seu corpo.

Nos dedos coloca anéis, que têm valor de laços com o corpo. Na cabeça, uma faixa, para ligá-la ao corpo. Estes são os recursos. São laços colocados sobre os órgãos, partes do corpo. Temos aí de uma maneira mínima, elementar, a invenção (Miller, 2003, p. 6).

Retomando o caso de Daniel Paul Schreber, podemos notar semelhanças em suas tentativas de estabilização. O presidente, para localizar seu gozo, utiliza objetos e adornos, construindo um corpo feminilizado e orientado para servir ao lugar de mulher de Deus, como ordena sua construção delirante. Em uma passagem das "Notas Psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia" (1911/1995), Freud assinala que, por vezes, Schreber se sentava em frente ao espelho, com a parte superior do corpo desnuda, e usando adornos femininos variados, tais como fitas, colares falsos e similares. Nesse mesmo momento, por volta de 1901, Schreber já se encontrava estabilizado e restabelecendo sua vida prática. Nessa direção, Lacan adverte em seu seminário sobre as psicoses:

Ele admite pouco a pouco que a única forma de sair disso, de salvar uma certa estabilidade em suas relações com as entidades invasoras, desejantes, que são para ele suportes da linguagem desencadeada de sua algazarra interior, é a de aceitar a

transformação em mulher [...] seu corpo é, assim, progressivamente invadido por imagens de identificação feminina, às quais ele abre porta, deixa apoderar-se delas, faz-se possuir por elas, remodelar (Lacan, 1955-56, p. 298,299).

É possível notar o trabalho de construção realizado por Schreber, que antes manifestava em suas crises hipocondríacas um corpo fragmentado, morto, em decomposição. Segundo Soler (2007), a partir da sistematização de seu delírio, o presidente elabora uma formulação da relação com o Outro. É como mulher que Schreber se posicionará diante de Deus, e é também como mulher que servirá ao gozo divino. O restabelecimento da realidade é assegurado pela regulagem do gozo que pode, a partir dessa construção, se inscrever como feminino. É nesse sentido que, conforme Soler (2007), se estabelece uma versão sexuada de gozo, que não é fálica, mas nem por isso é menos regulada.

Seguindo os passos de Miller (2003), podemos constatar que Schreber, por não contar com um discurso estabelecido que o oriente, é então obrigado a construir um delírio como esforço de invenção. Soler (2007), nessa direção, pontua que um discurso estabelecido serve, sobretudo, para instaurar barreiras e limites padronizados de gozo. Em Schreber, porém, não se trata de um padrão, mas de uma maneira inédita de aparelhamento da libido e, conseqüentemente, de construção de um corpo.

Como visto anteriormente, Schreber estabelece esse gozo aparelhado na medida em que constrói sua narrativa delirante. O Deus de Schreber, personagem principal de seu delírio, é o Pai vivo, diferente do que Lacan chamará de Pai simbólico, ou ainda, do Pai como operador da Lei — o Pai morto. Schreber se serve de Deus em sua reconstrução, encontrando soluções para as diferentes etapas de sua dissolução imaginária. Se antes experimentava um corpo-cadáver que, como menciona Lacan, “não passava de um agregado de colônias de nervos” (1998, p. 574), após trabalhosa reconstituição imaginária, contempla-se como mulher de Deus, com o suporte de um corpo feminino.

Uma observação – a de que, ocupando-se incessantemente da contemplação da imagem da mulher, jamais desligando seu pensamento do suporte de algo de feminino, a volúpia divina é ainda mais satisfeita – faz com que nos voltemos para o outro aspecto das fantasias libidinais (Lacan, 1998, p. 575).

mais precisamente, Lacan propõe algumas elaborações acerca das implicações do significante nas psicoses. Logo de saída, o psicanalista presume que o lugar do analista frente à análise com psicóticos, é o de testemunha, de secretário. Também é preciso quando orienta que, se soubermos escutar, o delírio manifestará uma relação muito específica do sujeito em relação ao conjunto do sistema da linguagem, em suas diferentes ordens. Schreber demonstra essa questão, quando nomeia de *assassinado d'alma* a desordem instaurada na sua relação com a realidade.

Ainda nessa linha, Oliveira (2010), em sua leitura, observa que Schreber, quando estabelece sua relação com Deus, apresenta um corpo diferente do que descrevia no início de seu desencadeamento. O excesso de gozo que antes aparecia desaparelhado, agora parece reservar-se aos momentos de solidão do presidente que, ao se olhar no espelho, enxerga uma feminilidade. Dessa vez, o significante *volúpia* será utilizado por Schreber para nomear esse gozo feminino que parece circunscrever-se em zonas delimitadas do corpo e em períodos delimitados no tempo, apontando para uma certa localização.

Oliveira (2010) também articula a *beatitude* — significante utilizado pelo presidente para se referir a algo que foi perdido do mundo — como nomeação de um gozo masculino que, por ser acessível apenas às almas, não pode ser experimentado pelos mortais. Nessa direção, um gozo que está interdito aos mortais parece se referir à existência de um limite, “uma modalidade de gozo que envolve uma perda no vivo” (Oliveira, 2010, p. 188). É dessa forma que Schreber parece se aproximar, à sua maneira, de uma certa perda de gozo, e da diferença sexual.

Com isso, podemos averiguar efeitos fundamentais do trabalho significante estabelecido por Schreber na construção de seu delírio. Lacan deixa claro que a relação do psicótico com o significante tem um caráter fundamental:

O fato de que, no interior do delírio, as vozes joguem com essa propriedade não pode ser tido como indiferente, e não podemos eliminar a hipótese de que o motivo fundamental seja justamente uma relação mais radical, mais global com o fenômeno do significante (Lacan, 1955-56, p. 246).

Para o psicanalista, é preciso atentar-se ao que significa, na psicose, o interesse eletivo pela relação com o significante (Lacan, 1955-56, p. 246). Compreendemos que, com a forclusão do Nome-do-Pai, que viria a ordenar a bateria de significantes do sujeito, o significante, por não encontrar admissão no sentido do simbólico, retorna no real. Diferente do neurótico, que testemunha um inconsciente encoberto, do qual é preciso deciframento, no

psicótico, trata-se de um testemunho aberto, um testemunho que contém “uma certa virada na relação com a linguagem” (Lacan, 1955-56, p. 244). Um testemunho, portanto, que revela o inconsciente a céu aberto.

Nesse sentido, quando Lacan propõe um uso radical do significante por parte do sujeito psicótico, parece estar se remetendo à linguagem particular e, como ele próprio caracteriza, extraordinária do delirante. Se partimos do princípio de que uma significação remete sempre a outra, no psicótico, uma significação se esgota nela própria, permanecendo irreduzível, ou seja, “é uma significação que remete antes de mais nada à significação enquanto tal” (Lacan, 1955-56, p. 44).

Lacan designa, em seu seminário sobre as psicoses, dois modos pelos quais o psicótico faz uso da linguagem. Em primeiro lugar, a intuição delirante, fenômeno pleno, tal qual Schreber apresenta através de sua língua fundamental e que revela uma perspectiva nova, original, introduzida pela experiência do sujeito. Em segundo lugar, o ritornelo, mais vazio, quando a significação não remete a mais nada: trata-se apenas de uma repetição, de uma “insistência estereotipada” (Lacan 1955-56, p. 45). Em ambos os modos, há uma interrupção da significação.

Essas duas formas, a mais plena e a mais vazia, para a significação, é uma espécie de chumbo na malha, na rede do discurso do sujeito. Característica estrutural a que, já na abordagem clínica, reconhecemos a assinatura do delírio (1955-56, p. 45).

O significante para o psicótico seria, portanto, como um chumbo na malha. Lacan é preciso quando afirma que é necessário avaliar a economia do discurso, a relação com a significação, para que o analista possa perceber a fala delirante.

O único modo de abordar conforme a descoberta freudiana é o de pôr a questão no próprio registro em que o fenômeno nos aparece, isto é, no da fala. É o registro da fala que cria toda a riqueza da fenomenologia da psicose, é aí que vemos todos os seus aspectos, as suas decomposições, as suas refrações (Lacan, 1955-56, p. 48).

Está aqui o que, para Lacan, é o dizer psicótico. É o dizer do delírio, muito bem configurado na escrita de Schreber. Um dizer que, para Lacan, supõe uma certeza inabalável,

uma crença indestrutível na realidade de sua alucinação. Ainda que o psicótico presuma que seu delírio não seja da ordem de uma realidade, esse fato parece não abalar a certeza que lhe compete. Dessa crença inabalável que se caracteriza o delírio, Lacan vai extrair o que nomeará de fenômeno elementar, ou seja, “o fenômeno mais desenvolvido, a crença delirante” (Lacan, 1955-56, p. 93). Para Schreber, um fenômeno central de seu delírio seria o que chamou de *Seelenmord, o assassinato d'alma*, que, como visto antes, constitui o momento inaugural de sua desordem com a realidade.

Ao longo do que pudemos estudar acerca de Schreber e de seu delírio, percebemos que, à medida que se organiza sua narrativa delirante, se torna possível, a partir de um trabalho com o significante, certa localização de um gozo previamente desordenado. Em outras palavras, ao invés de permanecer na posição de objeto de gozo divino, Schreber, a partir de seu axioma delirante, pôde enxugar um gozo desregrado (Guaraná e Vieira, 2018).

Ademais, a narrativa delirante de Schreber foi tamanha que promoveu uma produção literária intensa e altamente difundida. Não fosse por ela, Freud não teria acesso aos seus postulados, os quais desempenharam um papel de suma importância no estudo das psicoses. Lacan (1955-56) chega a comentar que:

As produções discursivas que caracterizam o registro das paranoias desenvolvem-se com toda força, aliás, a maior parte do tempo, em produções literárias, no sentido em que *literárias* quer dizer simplesmente folhas de papel cobertas de escrita (Lacan 1955-56, p. 95).

A escrita de Schreber, para Lacan, é nada mais que um testemunho verdadeiramente objetivado (1955-56, p. 96). De acordo com o psicanalista, se Schreber escreve, é com o esforço de obter reconhecimento e, mais ainda, para que seus leitores possam verificar a progressão de seu delírio, testemunhando a transformação gradual de seu corpo pela presença de nervos femininos. Em outras palavras, se Schreber faz de seu delírio uma publicação, é para que seu engenhoso sistema delirante seja reconhecido.

Nesses termos, Lacan adverte que a escrita de Schreber, por se tratar da transcrição de seu delírio, não é uma escrita que se pretende poética. A relação que Schreber estabelece com seus leitores não será, portanto, a de promover um mundo diferente ao qual o leitor possa se introduzir (Lacan, 1955-56, p. 96).

No entanto, apesar de não se tratar de poesia literária nas Memórias de Schreber, me pergunto se o ato da escrita — enquanto transcrição do delírio — desempenhou alguma função

de estabilização para o presidente. Essa indagação desperta interesse já que nos propusemos a investigar, a partir do caso clínico apresentado anteriormente, a função do relatório escrito por Roberto.

Guaraná e Vieira (2018) destacam a hipótese de que Schreber, ao escrever, promove um reforço à unidade de seu delírio e, ainda, defendem a perspectiva de que, nesse reforço, o psicótico escreve para objetivar-se como sujeito. Nesse mesmo artigo, os autores formulam a ideia de que há no testemunho de Schreber uma materialização de seu ser, a partir das palavras que o próprio presidente utiliza para designar sua subjetividade.

Schreber nos dá o testemunho, no qual o seu sujeito se encontra subjetivado, incluído no texto [...] Ou seja, quando ele escreve sobre os “pássaros miraculados” ou “homens falados às pressas”, ele materializa seu ser naquelas palavras. Sua subjetividade aparece assim contida em neologismos, e sustentado por essas palavras-criações, por isso ele precisa escrevê-las (Guaraná e Vieira, 2018, p. 7).

Nesse sentido, quando pensamos na escrita de Schreber a partir da ideia de materialização do sujeito no texto, não estamos falando do sujeito da neurose, que está posto entre dois significantes. Se na psicose, como visto antes, o significante trabalha tal qual um “chumbo na malha”, não remetendo a outro, o sujeito aqui não estaria na hiância entre dois significantes, mas ele é o próprio testemunho que escreve, com todo o caráter de certeza que lhe confere.

Guaraná e Vieira (2018) sustentam a ideia de que a escrita para Schreber teve função de tratamento para o excesso de gozo que o dominava. Ao escrever, se materializando enquanto sujeito do texto, Schreber pôde dar lugar “ao que não cabe em lugar nenhum relativo ao gozo invasivo ao qual está submetido” (p. 9). Por isso a importância da escrita como solução, como tratamento para aquilo que invade, e talvez por esse motivo o interesse eletivo dos psicóticos pelo ato da escrita. Esse pensamento nos remete a Laurent (1995), quando afirma que o sujeito psicótico escreve, sem que tenha esperado pela psicanálise para suscitar seu fascínio pelos textos escritos e pelo ato de coletivizar suas certezas.

Em “O sujeito psicótico escreve” (1995), Laurent destaca uma questão relevante que dialoga com o caso de Roberto, especialmente em relação à posição adotada pela analista frente ao manejo clínico: “como pode o psicanalista tornar-se interlocutor de um sujeito que escreve, quando a via da interpretação lhe é barrada?” (p. 185). Para responder a essa pergunta, o autor

convoca Freud e observa a maneira como o “gênio freudiano” — termo utilizado por Lacan na revista “Cahiers pour l’analyse”, publicada em 1960 — atribui destaque ao texto schrebiano, introduzindo nele “o sujeito como tal” (p. 185). Ao tratar da leitura freudiana do texto de Schreber, Laurent, retomando Lacan, aponta a intervenção realizada por Freud ao introduzir a lógica do inconsciente na escrita schrebiana. Não se trataria, portanto, de tomar a loucura de Schreber em termos de *déficit*, muito pelo contrário, seu texto o convoca enquanto sujeito a partir de uma lógica própria de seu delírio.

Assim, ao abordar a escrita psicótica, Laurent (1995) convoca Lacan ao afirmar que, diante da análise com psicóticos, o analista deve ocupar o lugar de secretário do alienado, de testemunha frente ao dizer psicótico, tal qual investigamos antes na leitura do terceiro seminário. Mas, para além disso, Laurent (1995) contribui ao afirmar que testemunhar o dizer psicótico não se restringe apenas à tomar notas do que diz o paciente. O analista-secretário pretende a inclusão do sujeito:

Ser secretário do alienado é também fazer o que fez Freud: introduzir o sujeito. Por sua própria posição, o ato psicanalítico visa a introduzir o sujeito no texto psicótico e a ordenar, a partir daí a produção que irá manifestar-se no tempo (Laurent, 1995, p. 185).

Retomando o caso clínico central desta pesquisa, destaco a direção tomada pela analista quando há, por parte do paciente, uma demanda de escrita. Ao convocá-lo para que ele próprio escrevesse sobre os fenômenos corporais que o acometiam, me pergunto se, como efeito desse ato, nos aproximamos do que propõe Laurent.

Diante dessas elaborações, o valor da escrita me toca ainda mais enquanto questão. O caso de Roberto nos convida a fazer um recorte mais preciso no objeto de pesquisa e, com isso, se reafirma a intenção de investigar a função de escrita do relatório que parece ter servido como recurso no trabalho de estabilização do paciente. Devemos considerar o valor da escrita do documento como uma forma de estabelecer alguma relação do paciente com o próprio corpo? Qual a relação entre essa escrita e a possibilidade de estabilização psicótica, nesse caso?

Na busca por abordar essas questões, encontro a necessidade de empreender um breve percurso pelo ensino lacaniano, explorando os conceitos psicanalíticos relacionados à escrita. De saída, os conceitos de letra e significante assumem lugar privilegiado neste estudo e, em vista disso, pretendo abordá-los no próximo capítulo, localizando-os nos diferentes momentos do ensino de Lacan.

CAPÍTULO 3 - O INTERESSE ELETIVO PELA ESCRITA

O que se escreve, em suma, o que seria isso? As condições do gozo. E o que se conta, o que seria? Os resíduos do gozo (Lacan, 1972-73, p. 139).

3.1 - Significante e letra no ensino de Lacan

Lacan em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957/1998), designa por letra o suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem. Nessa época, ainda na década de 50, tratava-se da letra enquanto materialidade, ou seja, como estrutura localizada do significante (1998, p. 505). Nesse primeiro momento de seu ensino, como visto anteriormente, Lacan parte de uma visão aproximativa das noções de letra e significante, usufruindo da “Interpretação dos Sonhos” (1900) de Freud, para estruturar algumas elaborações sobre o tema.

Retomando Freud, Lacan destaca *Traumdeutung* (1900), considerando que, na ciência dos sonhos, há uma leitura a ser feita. O sonho é um rébus e é preciso tomá-lo ao pé da letra. Rébus, em sua definição, é um enigma que consiste em exprimir palavras ou frases através da combinação de letras, símbolos ou imagens, cuja a leitura do conjunto revela a solução (disponível em www.meudicionario.org). No sentido que Lacan nos propõe, a leitura do sonho considera, essencialmente, a articulação significante.

Como as figuras não naturais do barco sobre o telhado ou do homem de cabeça de vírgula, expressamente evocadas por Freud, as imagens do sonho só devem ser retidas por seu valor significante, isto é, pelo que permitem soletrar do “provérbio” m proposto pelo rébus do sonho. Essa estrutura de linguagem que possibilita a operação da leitura estar no princípio da significância do sonho, da *Traumdeutung* (Lacan, 1957, p.514).

Ainda nessa passagem, Lacan relembra que Freud, já em sua época, recorre a diversas exemplificações que separam o valor significante da imagem de sua significação. Vale lembrar, como exemplo, dos hieróglifos do Egito, uma antiga escrita egípcia que utiliza sequências de símbolos para designar uma mensagem que não corresponde necessariamente às imagens

contidas no escrito. Nesse sentido, o emprego do significante, desatrelado de seu significado, estaria mais próximo do que Lacan nomeia de letra.

O conceito de letra, porém, é retomado e repensado por Lacan ao longo de seu ensino. Ao dedicar um de seus seminários à escrita e obra de James Joyce, Lacan investiga a saída forjada pelo autor irlandês que, a partir de sua literatura, encontra um modo singular de associar os três registros. Nessa direção, segundo Ram Mandil (2003), Lacan destaca a emergência do estatuto da letra que, na obra joyciana, assume posição privilegiada. Atento ao modo como Joyce manuseia sua escrita, Lacan percebe a predominância da letra na relação com o sentido das palavras e, com isso, levanta questões a respeito de sua materialidade. Assim, letra e significante são tomados como conceitos distintos.

A partir dos efeitos da letra joyciana, Lacan encontra o suporte para articular o registro do real, de um lado, com os do simbólico e do imaginário, de outro. É assim que surge a dimensão de “litoral”, em um contraponto entre a ‘letra’ e a ‘litura’, o traço, a rasura, abrindo possibilidades para uma “litureterra” se destacar da literatura (Mandil, 2003, p. 19).

Guerra (2010) vai lembrar ainda que, ao tomar o caso de Joyce em estudo, Lacan reúne um trabalho sobre o real do gozo, que não pressupõe obrigatoriamente uma construção significante tal como propõe a metáfora delirante, como visto em Schreber. O trabalho de Joyce, portanto, se aproximaria mais da noção de letra do que de significante e essa importante diferença é investigada por Lacan desde “O seminário sobre ‘A carta roubada’”, que inaugura o volume dos Escritos (1998). Segundo Mandil (2003), a expressão “*a letter, a litter*” — utilizada por Joyce com certo “equivoco” no livro “*Our exagmination round his factification for incamination of work in progress*” (1929) — é usada no texto de Lacan no momento em que o psicanalista considera a razão pela qual, no conto de Edgar Allan Poe, a carta não é encontrada pela polícia parisiense. Haveria uma outra natureza da carta, que não trataria, necessariamente, de transmitir uma mensagem para o leitor. É justamente essa dupla essência da carta que abre caminho para uma outra função do escrito que, não sendo pela via da mensagem, desvenda uma materialidade. Mandil (2003) afirma:

Dupin é alguém que leva em consideração o fato de uma carta não estar inteiramente do lado da mensagem - que, aliás, não é revelada no conto - , possuindo também uma materialidade, e sendo portanto manuseada, passível de ser esquecida, rasgada, guardada, adulterada ou tratada como detrito. Será a partir

da consideração da carta como pedaço de papel escrito - em termos joycianos, a *letter*, a *litter* - que Dupin orientará sua investigação a ponto de poder recuperá-la sem que o ministro D. se dê conta (Mandil, 2003, p. 28).

Para adentrar de maneira mais consistente no que Lacan propõe por letra nesse momento de seu ensino, é importante realizar uma leitura mais aplicada do conto de Allan Poe, traçando um diálogo com as articulações de “O seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956), e, em seguida, empreender um percurso por “Lituraterra” (1971), um dos trabalhos mais importantes de Lacan para designar o conceito de letra.

3.2 - “A carta roubada”, de Poe, às considerações de Lacan

O conto de Edgar Allan Poe, “A carta roubada” foi publicado em dezembro de 1844, e é protagonizado por Auguste Dupin, detetive encarregado da missão de solucionar o sumiço de uma carta, convocado pela polícia parisiense. A seguir, farei um breve resumo da história, antes de adentrar no que Lacan pôde recolher e esmiuçar em seu seminário.

A história tem início com uma cena na biblioteca, onde estão Dupin e seu colega. Eis que chega aos aposentos Monsieur G., o delegado da polícia de Paris, com a intenção de realizar uma consulta sobre um caso que exige grande reflexão. Um documento de grande importância foi roubado dos aposentos reais. A carta, segundo Monsieur G., possui um conteúdo delicado e, se exposta publicamente, comprometeria a honra de uma personalidade de alta posição. O documento concede à pessoa que o tem em mãos poder sobre tal personalidade ilustre, e, portanto, necessita ser resgatado o mais rápido possível. Para Monsieur G., se trata de um caso muito simples, mas que lhe escapa à compreensão, justamente porque a simplicidade é propriamente o que o desorienta. O Sr. Dupin reitera que o mistério é demasiado evidente e, por isso, talvez, tão enigmático. Segundo o Monsieur G., o ladrão da carta seria o Ministro D., e a cena do roubo teria se desenrolado da seguinte forma: o Ministro D. entrou nos aposentos da personalidade roubada e conseguiu trocar a carta que fora deixada na mesa — com o sobrescrito para cima e o conteúdo para baixo — por outra carta, aparentemente parecida. Em seguida, o Ministro D. papeou por alguns minutos, tentando disfarçar o ato do roubo, e retirou-se da sala com a carta original em mãos. O dono da carta testemunhou o roubo, mas não se arriscou a falar coisa alguma, já que uma outra personagem também presenciava a cena.

Desde então, a polícia parisiense, encarregada de resolver o desaparecimento da carta, utilizou-se de toda sua habilidade e perseverança para solucionar o caso. No entanto, seus esforços foram em vão, apesar da habilidade comum às suas investigações. Em dado momento do conto, Monsieur G., em sua conversa com Dupin e seu colega, se dispõe a pagar cinquenta mil francos a quem pudesse aconselhá-lo sobre esse caso tão enigmático. Dupin, prontamente, pede para que assine um cheque com o dado valor, com a promessa de que ele próprio lhe entregaria a carta. Assim sendo, Dupin retira a carta de uma gaveta e a entrega para Monsieur G., causando espanto e perplexidade. Logo após a partida de Monsieur G., Dupin explica ao seu colega o ocorrido. Segundo ele, a polícia parisiense, com toda sua capacidade, poderia ter desvendado o caso se a carta desaparecida estivesse dentro do raio de suas investigações. Ou seja, a lógica utilizada pela polícia não dava conta dos métodos utilizados pelo Ministro D. ao esconder a carta.

Nesse sentido, segundo Dupin, a polícia parisiense, ao procurar um documento perdido, não pensou senão nos critérios que eles próprios empregariam ao esconder uma carta. A mesma lógica, aplicada por anos nas investigações policiais, não serviria para esse caso. Essa é a charada que Dupin consegue solucionar.

Na leitura de Lacan do conto de Poe, existem duas cenas importantes a serem destacadas. A primeira é nomeada de cena primitiva, justo por anteceder a segunda, que parece ser propriamente “sua reencenação” (1956/1988, p. 14). Nessa primeira cena, onde ocorre o roubo, está a pessoa ilustre, que Lacan supõe ser a Rainha, dona da carta furtada pelo ministro D. O embaraço dessa personagem ao presenciar o ato do roubo cometido pelo ministro — sendo a carta provedora de informações que poderiam pôr em jogo sua própria honra — parece confirmar que a terceira pessoa presente na cena seja ninguém mais ninguém menos que o Rei. O constrangimento da Rainha, portanto, ocorre justamente pela presença física de seu cônjuge, e é mesmo por isso que a personagem não ousa tomar atitude alguma frente ao furto.

Com efeito, prontamente nos livramos da dúvida de que se trate efetivamente do Rei devido à cena que se inicia com a entrada do ministro D...Nesse momento, de fato, a rainha não pode fazer nada melhor do que jogar com a desatenção do Rei, deixando a carta sobre a mesa, ‘virada para baixo, com o sobrescrito para cima’ (...) o ministro tira do bolso uma carta cujo aspecto se assemelha ao que está à sua vista, e fingindo lê-la, ele a coloca ao lado desta (...) se apodera com toda firmeza da carta embaraçante, despedindo-se sem que a Rainha, que nada perdera de sua manobra, pudesse intervir, por medo de despertar a atenção do real cônjuge que, naquele momento, está bem ao seu lado (Lacan, 1956, p. 15).

A segunda cena se passa no gabinete do ministro, onde Dupin, munido de seus óculos verdes, vai até os aposentos ministeriais, como se fosse por simples acaso, a fim de recuperar a carta roubada. Ao chegar no local, Dupin se queixa de sua vista fraca e justifica o uso dos óculos, enquanto isso, examina detalhadamente o gabinete. Percebe então uma mesa ampla, onde estavam dispostas várias cartas, alguns papéis, alguns livros, além de um ou dois instrumentos musicais. Após acurada observação, Dupin não encontra nada que pudesse ser alvo de suspeita. Logo em seguida, observa um porta-cartas com três ou quatro divisões, que continha cinco ou seis cartões e uma carta solitária. A carta estava suja e amassada, quase rasgada, enfiada descuidadamente numa das divisões do porta-cartas. Dupin chega à conclusão de que era a carta que procurava e, com isso, prolonga a visita o máximo possível, mantendo o ministro entretido na conversa.

Mas Dupin, a quem esse fingimento [do ministro] não engana, com os olhos protegidos por óculos de lentes verdes, inspeciona o recinto. Quando seu olhar recai sobre um bilhete esgarçado, que parece abandonado no vão de um medíocre porta-cartas de cartolina que, atraindo o olhar por um certo brilho falso, está pendurado bem no meio do painel da lareira, ele já sabe que está diante do que procura (1956, p. 16).

Todas as dúvidas são dissipadas ao observar que o papel da carta havia sido dobrado e redobrado (em sentido contrário), sobrescrita e novamente lacrada, como se tivesse sido adulterada. Na manhã seguinte, Dupin retorna aos aposentos ministeriais e, em um momento de distração do Ministro D., o detetive se apodera da carta, colocando-a no bolso e substituindo-a por outra de aspecto semelhante.

Lacan ressalta que Dupin foi capaz de ver o que não pôde ser visto pelos demais personagens da história. O primeiro diálogo do conto — entre Dupin e o inspetor — parece ser uma conversa entre “um surdo e alguém que ouve” (1956/1998, p. 20), fato que revela a complexidade da comunicação e aponta para uma “cegueira” por parte do personagem. A polícia parisiense, mesmo procurando por toda parte, esgotando os espaços, não encontra a carta em parte alguma:

Portanto, não se esbanja tanto espírito para desviar o nosso daqui que antes nos fora indicado tomar por certo, isto é, que a polícia procurou *por toda a parte*: o que caberia entendermos - no que concerne ao campo em que a polícia presumia, não sem razão, que devesse encontrar-se a carta - no sentido de um esgotamento

do espaço, teórico, sem dúvida, mas cuja tomada ao pé letra constitui a graça da história (Lacan, 1956, p. 25).

Dupin é, portanto, o personagem que desvenda o mistério da carta quando considera o esconderijo “ao pé da letra”. Como indica Ram Mandil (2003), o detetive considera a materialidade da carta, e não somente a sua mensagem, fato que revela o seu esconderijo. Como visto antes, Dupin se dá conta de que encontrou o que procurava justamente quando percebeu o aspecto irregular, adulterado, rasgado, redobrado da carta que estava no local onde todos poderiam supor, mas que escapou a todas as procuras anteriores: o porta-cartas. Mandil (2003) observa que é justo por não equivaler à descrição dada aos policiais que a carta não foi notada, ou seja, “por não se encaixar na cadeia prévia de sentido” (2003, p. 28). É preciso, portanto, tomá-la por outro viés, como fez Dupin, viés este que não privilegia o sentido, mas a carta/letra em seu aspecto material.

Lacan, em uma passagem que muito nos interessa, confirma essa ideia quando relembra a cena do conto em que os policiais manuseiam a carta, sem que esta revele essa outra natureza, apenas por estar rasgada (1956/1998). É também nessa passagem, localizada em “O seminário sobre ‘A carta roubada’” (1956/1998), que Lacan cita pela primeira vez a expressão “*a letter, a litter*”, referência que o psicanalista recolhe em James Joyce, para tratar da carta/letra em sua dupla dimensão. Mandil (2003), reitera o que Lacan propõe: a dimensão da “*letter*” estaria relacionada à função de transmissão da mensagem, enquanto que, ao que concerne à materialidade, atribuiria-se o termo *litter*. Relembra, ainda, de que a carta/letra poderia ser contemplada em ambas as dimensões e, mesmo por isso, poderia estar e não estar em algum lugar. Com isso, Lacan faz um paralelo entre a carta/lixo e o significante, enquanto passíveis de uma presença em um campo de ausência:

Pois o significante é unidade por ser único, não sendo, por natureza, senão símbolo de uma ausência. E é por isso que não podemos dizer da carta/letra roubada que, à semelhança de outros objetos, ela deva estar ou não estar em algum lugar, mas sim que, diferentemente deles, ela estará e não estará onde estiver, onde quer que vá (Lacan, 1956, p. 27).

Mandil (2003), aponta que todo “O seminário sobre ‘A carta roubada’” parece ser norteado pela dimensão do significante, ou seja, “se Lacan lança mão do conto de Poe é no sentido de estender suas teses a respeito do significante” (p. 29). O texto que sucede “O

seminário sobre ‘A carta roubada’” acompanha essa ideia. Em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957/1998), Lacan se orienta pela primazia do significante ao dissertar sobre a dimensão da letra. No entanto, como propõe Mandil (2003), “o aspecto privilegiado é a *lettre* como letra, como elemento tipográfico” (p. 29).

Jacques Alain-Miller, em seu artigo “O escrito na fala” (2012), retoma essa ideia quando relembra a definição de letra como estrutura essencialmente localizada do significante. Segundo Miller (2012), em “A instância da letra” (1957/1998), Lacan descobre a escritura concernente à própria fala, reconhecendo a escritura/letra composta nos fonemas.

“A instância da letra”, o escrito de Lacan assim intitulado, não concede o estatuto extremo ao escrito. Descobre, antes de mais nada, a escritura na própria fala. Descobre o *gramma* (letra, escritura) na fonia. O texto desenvolve que o que é escutado é apreensível, é estruturável pela abordagem linguística (Miller, 2012, p. 7).

Segundo Mandil (2003), o tratamento do fonema como sistema de caracteres é o que possibilita distinguir a ação significante do significado. Nesse sentido, o significante parece se afastar do valor de mensagem, se aproximando de uma dimensão material, funcionando como letra: “quanto mais separado, quanto mais funcionando como letra, mais o significante produzirá significância em detrimento de seu valor semântico” (Mandil, 2003, p. 31). Talvez por isso, Miller (2012) relembra que a letra presentifica, justamente, o que descola o significante do significado. É essa dimensão literal que se apresenta quando o significante atua sem qualquer relação com o significado. Nesse momento, aproximando-se da década de 70, o simbólico já não se apresenta mais como fio condutor do ensino lacaniano. Entra em cena uma dimensão indomável da linguagem, mais ligada à ordem da pulsão. Estamos, portanto, no campo do gozo.

Lacan passa a tomar a linguagem como articulação possível decorrente de um estado caótico originário. A linguagem faz trauma ao entrar no campo depositário de gozo - *lalíngua* - e dele extrair os significantes para se compor. *Lalíngua* introduz uma outra satisfação, um gozo que é da ordem da pulsão (Guerra, 2010, p. 68).

3.3 - Breves considerações sobre Lituraterra

É justo a partir da ideia de que não há conformidade entre significante e significado, que Lacan escreve o seu conhecido texto “Lituraterra”, publicado no ano de 1972 e localizado nos Outros Escritos. Logo de saída, Lacan retoma o equívoco de Joyce, também citado em “O seminário sobre ‘A carta roubada’”, “*a letter, a litter*”, lembrando de seu efeito de trocadilho: uma carta, uma letra, um lixo. Nesse momento de seu ensino, a letra, posta em evidência, ainda é considerada como a faceta material do significante, revelando uma dimensão outra, que não considera a transmissão de sentido. Porém, “Lituraterra” apresenta novas elaborações sobre o tema, aproximando a letra da dimensão do gozo (Bezerril, 2004, p. 4).

Ainda apoiado na leitura do conto de Poe, Lacan nos lembra que a carta, passada de mão em mão, produz efeitos mesmo que não se saiba nada sobre o seu conteúdo. Está aí, para o psicanalista, “uma boa síntese que distingue a letra e o significante que ela carrega” (1971/2003, p. 17). A letra, nesse momento, se localiza no litoral entre saber e gozo, indicando uma descontinuidade. Por esse viés, aproximada da noção de gozo, letra não se confunde com significante, quando a este se atribui a dimensão do sentido. Lacan adverte, ainda, para que a letra não ocupe primariedade em relação ao significante. Ainda que a letra sirva à escrita, “simbolizando certos efeitos de significante” (Lacan, 1971/2003, p. 18), tais efeitos não concedem à letra o estatuto de primarismo.

Desse modo, Lacan aponta onde a letra faz furo. Ela compõe, propriamente, a borda do furo no saber:

A borda do furo no saber, não é isso que ela desenha? E como é que a psicanálise, se justamente o que a letra diz por sua boca “ao pé da letra” não lhe conveio desconhecer, como poderia a psicanálise negar que ele existe, esse furo, posto que, para preenchê-lo, ela recorre a invocar nele o gozo? (Lacan, 1971, p. 18).

Nesse momento de seu ensino, Lacan vai propor a noção de “litoral”, distinta da ideia de “fronteira”. Segundo Mandil (2003), no “litoral”, há o encontro de duas dimensões heterogêneas, enquanto que na fronteira, trata-se da homogeneização entre dois campos. A imagem do mar e da terra, por exemplo, parece servir a essa configuração em que sólido e líquido — mesmo em contato — permaneçam distintos. Entre um e outro, na medida em que

os dois terrenos não se encontram, está a referência que Lacan faz ao furo. Seria, portanto, na borda do furo que a letra recorreria à sua função de enlaçamento e articulação entre dois territórios estrangeiros.

Mandil (2003) retomará, ainda, o conto “A carta roubada”, apresentado no tópico anterior, fazendo uma importante associação. No que concerne à elaboração de Lacan de que a letra faz furo no saber, pode-se pensar que os policiais, ao procurarem com toda habilidade a carta desaparecida, se utilizam, justamente, da dimensão do *saber* nessa procura. É a partir do *saber* que permanecem na tentativa frustrada de encontrar a carta perdida. No entanto, entendemos que, para que pudessem resgatá-la, seria preciso que outra dimensão fosse levada em conta, a dimensão da *litter*, da letra, que faz contraponto à dimensão da mensagem, e que compõe o furo no *saber*. Portanto, o que Mandil (2003) articula é justo essa passagem da *letter* à *litter*, que não se dá sem que haja uma “descontinuidade no saber articulado (...) é isso, em última análise que a dimensão “litoral” da letra leva em consideração” (p. 49).

A fim de ilustrar a dimensão da letra localizada no litoral entre saber e gozo, Lacan recorre a uma experiência própria, recolhida de uma viagem que fez ao Japão. Foi na observação da língua japonesa que pôde averiguar “uma condição muito especial de relação entre gozo e significante (...), a condição de litoral (Vieira, 2003, p. 4). Apesar da paisagem das planícies siberianas que contemplava no retorno de sua viagem de avião, paisagem esta que parecia ilustrar precisamente um jogo entre litorais, não foi seu percurso ao longo do círculo ártico que o fez enxergar o que viu. Mas foi por, justamente, ter entrado em contato com o Japão, cultura que, com a especificidade de sua letra, permitiu a Lacan uma experimentação outra enquanto admirava as planícies da Sibéria.

O que Lacan pôde extrair do que contemplou? Mandil (2003), faz uma breve descrição dessa importante cena narrada por Lacan em “Lituraterra”. Do avião, o psicanalista observa um conjunto de nuvens que pairavam sobre o escoamento de um rio. Dessa paisagem, cuidadosamente observada, Lacan encontra elementos para ilustrar a letra como litoral entre saber e gozo, ou ainda, entre o simbólico e o real.

Ainda na leitura de Mandil (2003), Lacan traz, em “Lituraterra”, as noções de *rasura* e *sulco*, que parecem ser importantes para a leitura desse texto. Segundo o psicanalista, a *rasura* e o *escrito como sulco* engendram, junto com a metáfora do litoral, a noção de letra como *dimensão essencial do escrito*. O termo *rasura* aparece no momento em que o psicanalista, narrando sua visão do escoamento dos rios das planícies siberianas, observa um traço primário e, logo em seguida, seu desaparecimento. Há, aqui, a coordenação de dois tempos — do traço e daquilo que o apaga. Nesse momento, Lacan propõe que é preciso que se distinga, nisso, a

rasura. Mandil (2003), nos ajudando na leitura desta complexa articulação lacaniana, propõe que é preciso pensar a letra no nível da *rasura*. Uma *rasura* que, segundo Lacan, é "de traço algum que seja anterior" (1971, p. 21), originando uma terra de *rasuras*, ou ainda, de *lituras*, uma *Lituraterra*. A *rasura* implicaria, portanto, numa quantidade de traços que se recobrem na tentativa de escrever:

A ideia da *rasura* implica uma sucessão de traços que se recobrem, cada um deles buscando em seu gesto como tentativa de aproximação, a palavra apropriada para designar aquilo que se quer dizer. A *rasura* poderia, assim, ver-se incluída em um projeto de bem-escrever (Mandil, 2003, p. 50).

O *escrito como sulco*, segundo Mandil (2003), pode ser tomado com um prolongamento da dimensão da *rasura*. Segundo o autor, para tomar a letra como litoral, articulando dois campos heterogêneos, é preciso ir além da metáfora da *rasura*. Nesse sentido, a inscrição sobre a terra não bastaria para apoiar a analogia com o escrito, sendo necessário procurar os componentes que originaram a inscrição. Se a *rasura* é da ordem da repetição, operando no intuito da melhor inscrição, o que podemos dizer sobre sua causa? Nesse sentido, Mandil (2003) retoma a cena do avião em que Lacan observa, de um lado, as nuvens pairando no céu, e de outro, os riachos que "sulcam" a planície da Sibéria. Ainda que as nuvens possam ser concebidas como a origem dos riachos, são campos que não se confundem. Com isso, Mandil (2003) fisga a articulação feita por Lacan: as nuvens, metáfora do conjunto de significantes, e os riachos, domínios da *rasura*, que produzem sulcos sobre a planície. No entremeio entre um e outro, está a precipitação — a chuva — que produz os riachos.

Nessa direção, nota-se a perspicaz construção de Lacan ao propor entre as nuvens e o riacho, entre o simbólico e o gozo, a precipitação dando lugar à descontinuidade: "De um lado, o simbólico em suas diversas formações. Do outro, o gozo, que escoia e escava a terra" (Mandil, 2003, p. 52). Aqui, Ram Mandil recolhe uma importante citação do seminário 20, intitulado "Mais, ainda", quando Lacan retoma *Lituraterra*: "A nuvem de linguagem — exprimi-me metaforicamente — faz escrita" (Lacan, 1972-73/2008, p. 128). Os riachos que Lacan observou da janela do avião metaforizam, então, a escrita.

Aqui, entramos em um campo que serve para fundamentar o que este capítulo se propôs a investigar: o papel construído por Roberto, que continha uma escrita sobre o seu corpo. E, ainda, a função desse documento escrito na remontagem do seu corpo, possibilitando caminhos para a localização do gozo. Pergunto-me, então, qual a relação entre escrita e gozo? Como

podemos articular essas duas dimensões? Caldas (2013) nos dá uma pista em seu artigo “Escrita no corpo-gozo e laço social”, quando afirma que escrever implica algum domínio sobre o real. Com esse rastro, sigo com a investigação.

3.4 - A escrita: um tratamento do real?

Retomo agora a passagem escrita por Lacan, no Seminário 20, “A nuvem de linguagem (...) faz escrita” (Lacan 1972-73/2008, p. 128) para que possamos destrinchar melhor o que foi proposto com essa metáfora. Para isso, tratarei de resgatar passagens breves da lição X, do livro 20, quando Lacan trata da escrita como um traço “onde se lê um efeito de linguagem” (Lacan, 1972-73/2008, p. 129).

De saída, o psicanalista traz a noção de sujeito do inconsciente. E, ainda, que dessa linguagem, extraímos uma *ex-sistência*. Nessa complexa formulação, Lacan parece elucubrar acerca de uma dimensão que prescinde do saber.

É uma das coisas essenciais que eu disse da última vez - a análise se distingue, entre tudo o que foi produzido até agora de discurso, por enunciar isto, que constitui o osso do meu ensino: que eu falo sem saber. Falo com meu corpo, e isto, sem saber. Digo, portanto, sempre mais do que sei (Lacan, 1972-73, p. 127).

Com isso, Lacan marca uma dimensão do saber que é impossível, censurada, interdita. O sujeito do discurso, em sua definição, é o que fala sem saber. No entanto, Lacan nos conduz a uma nova maneira de ler: do interdito ao *inter-dito*, ou seja, do saber inacessível ao saber dito entre as palavras, nas entrelinhas. Trata-se, segundo o psicanalista, “a que sorte do real ele nos permite ter acesso” (Lacan, 1972-73/2008, p. 128).

Há, porém, na dimensão do real, algo que não se pode “pegar”, tal qual a verdade e a mulher. A solidão está posta para cada falante quando levamos em conta o inassimilável em cada sujeito — está aqui o que Lacan conjectura quando afirma *não haver relação sexual*. É nesse sentido que o psicanalista discorre no seminário 20, sobre o Um como representante da solidão, que não se amarrará verdadeiramente com nada do que pareça o Outro sexual (Lacan, Lacan 1972-73/2008, p.137). A relação sexual, portanto, se apresenta como impossível de se inscrever quando levamos em conta a impossibilidade do encontro entre o sujeito e seu gozo efetivo. É o que Lacan conclui quando afirma que a relação sexual só se reproduz graças ao mal-entendido do gozo:

É o corpo falante, no que ele só pode chegar a se reproduzir graças ao mal-entendido do seu gozo. O que quer dizer que ele só se reproduz graças a uma rata do que ele quer dizer (...) e é ao rateá-lo que ele se produz - quer dizer, ao trepar (Lacan, 1972-73, p. 129).

Lacan, no entanto, presume que essa solidão “é mesmo o que se escreve por excelência, pois ela é o que, de uma ruptura do ser, deixa traço” (p. 128). A fórmula forjada por Lacan, contudo, de que *a relação sexual não existe*, encontra suporte na escrita, justo no que ela não pode se escrever:

Ela só tem suporte na escrita, no que a relação sexual não pode se escrever. Tudo que é escrito parte do fato de que será para sempre impossível escrever tal qual a relação sexual. É daí que há um certo efeito do discurso que se chama a escrita (Lacan, 1972-73, p. 40).

Essa passagem parece se relacionar com a pista que fora lançada no início deste tópico, de que a escrita implica algum tratamento com o real, algum manejo com aquilo que não se pode acessar. Ao retomarmos o caso clínico, vemos que a escrita foi eleita pelo paciente como uma forma de solução diante da fragmentação que vivenciava. Realizou-se, senão, como tentativa de responder ao gozo desarticulado, ao real que se apresentava. No processo de escrita do papel e, ainda, ao revisitar essa escrita a partir da leitura, o paciente parece encontrar meios de estabilização. Será esse manejo do real implicado pela escrita?

Caldas (2013) adverte que a escrita deixa pistas, vestígios do percurso da pulsão. Possibilita alguma ligação com o mundo compartilhado inscrevendo o sujeito no laço, ainda que se trate de sujeitos psicóticos (p.112). Pergunto-me, então: como a escrita pode valer como suplência em casos de psicose?

Seguindo essa investigação, Guerra (2010), faz uma importante contribuição ao dizer que todo falante está sujeito a lidar com um estado caótico originário - campo do gozo desarticulado, de *lalíngua* - a partir do qual a linguagem se articula. Aqui, introduzindo o conceito de *lalíngua*, implementado por Lacan em seu vigésimo seminário, Guerra (2010) irá propôr que a linguagem adentra o campo depositário de gozo para dele extrair os significantes para se compôr (p. 68). Será que aqui podemos retomar a frase que inicia este tópico “A nuvem de linguagem (...) faz escrita” (Lacan 1972-73/2008, p. 128)? Ramirez (2016), nos ajudando nessa articulação, salienta o uso que Lacan faz de imagens poéticas que ressaltam o impacto real de *lalíngua*. Segundo o autor, as imagens observadas por Lacan, como vimos em

“Lituraterra” (1971/2003), ilustram o ravinamento das terras provocado pelas águas e nuvens. Desse modo, as nuvens - ilustrando o campo desarticulado de gozo - precipitam os significantes que irão marcar o corpo do falante, “o ponto de impacto em que o simbólico toma o corpo” (Lacan, 1970/2003, p. 405).

Bastos e Freire (2006), ao tratarem do conceito de *lalíngua*, corroboram com essa ideia quando enfatizam a primazia do gozo em relação à alteridade da linguagem. As autoras afirmam que o campo Outro, ou seja, o campo da linguagem articulada, não é prévio, mas secundário ao gozo de *lalíngua*:

O primado, portanto, é do gozo, sendo a articulação significante uma derivação que se estabelece quando o inconsciente se estrutura sobre as marcas prévias do gozo. O conceito de *alíngua* implica o real e, por conseguinte, a pulsão e o corpo (Bastos e Freire, 2006, p. 112).

Nesse sentido, podemos considerar a linguagem como resultado da articulação significante, articulação esta que procede do campo desordenado de gozo. Ainda nesse artigo, Bastos e Freire (2006) ressaltam o percurso feito pelo vivente que transita da condição de falado à falante, “um percurso que consiste em subjetivar a fala que precede a criança” (p. 108). O infans, como aquele que ainda não possui linguagem articulada, está imerso na língua materna, matriz do inconsciente, campo de *lalíngua*. Nota-se, portanto, que o conceito de *lalíngua* se refere muito mais ao âmbito do gozo do que do sentido, desconsiderando quaisquer que sejam as regras gramaticais da linguagem, aproximando-se mais ao caráter fonético da fala. Aqui, ‘fala’ se distingue de ‘linguagem’ justamente no que concerne à articulação significante. Miller (2012), em consonância com essa ideia, retoma Lacan ao dizer que o psicanalista enxergava no sistema fonemático de *lalíngua* aquilo que, na fala, precede a impressão, a tipografia. *Lalíngua* não terá, por isso, pretensão significativa: “O inconsciente é feito de *lalíngua*, cujos efeitos vão além de comunicar” (Miller, 1974/2003, p. 104).

Se em um primeiro momento - na época de seus escritos sobre a instância da letra - Lacan propõe a primazia da linguagem em relação à fala, em um segundo momento, o psicanalista tomará a noção de gozo como prioridade. O conceito de *lalíngua* só pôde ser formulado a partir dessa mudança de perspectiva, quando o gozo se afirma como primordial. É importante ressaltar que, nesse contexto, o gozo não assume prioridade em relação ao significante, mas sobre a estrutura da linguagem, tendo em vista que *lalíngua* se manifesta como

um campo de significantes desarticulados, enquanto que a estrutura da linguagem envolve a articulação significante (Bastos e Freire, 2006).

Nessa perspectiva, o que podemos dizer sobre a estrutura do inconsciente? Como propõe a máxima de Lacan, “o inconsciente é, no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (1955-56, p. 71). Bastos e Freire (2006) colaboram ao dizer:

Não se pode afirmar que o inconsciente seja estruturado como *alíngua*: ele é estruturado como uma linguagem, no só-depois, a partir de *alíngua*. A linguagem como saber é um trabalho, uma construção feita com *alíngua*, tarefa que cabe a todo aquele que vem se constituir através e na estrutura (Bastos e Freire, 2006, p. 112-113).

Podemos recolher essa ideia em “A Terceira” (1974/2022), intervenção realizada por Lacan no VII Congresso da Escola Freudiana de Paris, em Roma, quando o psicanalista declara que o inconsciente é um saber que é estruturado a partir de *lalíngua*. Ao tratar do valor da interpretação, Lacan acrescentará que é no campo de *lalíngua* que ela opera, e é mesmo por isso que o suposto saber do analista não é suposto erroneamente: “se sabe em que consiste o inconsciente, em ser um saber que se articula a partir de *lalíngua*” (1974/2022 p. 34).

Ao refletirmos sobre *lalíngua* à luz dessas considerações, percebemos uma reaproximação com o que discutimos anteriormente acerca do conceito de letra. Nesse contexto, quais conexões podem ser estabelecidas entre os conceitos de letra, escrita e *lalíngua*? Como vimos antes, *lalíngua* está referida à bateria, ao enxame de significantes desarticulados. Pimenta (2021), no artigo “Lalíngua, letra e acontecimento de corpo”, acrescentará que *lalíngua* não é o enxame de palavras, mas de significantes sozinhos, que não se conectam a nenhum outro em uma estrutura de linguagem que promova sentido. Esse é o lugar do Um, “enxame de significantes não articulados e indissociáveis do gozo” (Bastos e Freire, 2006, p. 115), representante da não relação sexual e, como mencionamos anteriormente, representante da solidão, que não se engancha com nada do que pareça o Outro sexual (Lacan, 1972-73).

Reiterando essa ideia, Pimenta (2021) contribui ao afirmar que *lalíngua* institui o Um sozinho, sem o Outro, não estando em função da comunicação. Para que o sujeito advenha é necessário que o significante S¹ se diferencie e seja elevado à condição de uma marca, que é a letra. Aqui, retomamos o que vimos em Lituraterra (1972), quando Lacan, ao se servir da imagem das planícies siberianas, reconhece a marca promovida pelos riachos que “sulcam” a terra. Lembremos da citação recolhida anteriormente: “De um lado, o simbólico em suas

diversas formações. Do outro, o gozo, que escoa e escava a terra” (Mandil, 2003, p. 52). Lacan em “A Terceira” (1974/2022), esclarece que não há letra sem *lalíngua*:

Mas não existe letra sem *lalíngua*. É inclusive o problema - como pode *lalíngua* precipitar-se na letra? Nunca se fez algo realmente sério sobre a escrita, entretanto isso valeria a pena, pois aí está realmente uma articulação (Lacan, 1974, p. 43).

Lalíngua precipita-se na letra precisamente quando produz marca, trilhos para o gozo. Pimenta (2021), referindo-se à obra de Alvarez Bayón “El Autismo, entre *lalengua* e letra”, recolhe uma importante citação onde o autor entrelaça os conceitos letra e *lalíngua*. Segundo Alvarez (2020), se *lalíngua* está referida ao impacto do gozo deslocalizado no corpo, a letra requer a localização desse gozo. Poderíamos destacar *lalíngua* como o princípio do gozo e a letra como um recorte singular desse gozo, sendo “justamente o passo que permitirá a passagem de *lalíngua* à linguagem” (Alvarez, 2020, p.85 apud Pimenta, 2021). Essa passagem nos remete claramente à proposta de Lacan da letra circunscrita no litoral entre real e simbólico, como vimos em *Lituraterra* (1971).

Nessa direção, a letra, ao se escrever, constitui um campo de ausência no gozo de *lalíngua*, a partir da extração de S¹:

À medida em que ela se escreve [a letra], também se inscreve o furo. A letra fura o gozo de *lalengue*, esvaziando-o ao extrair S¹ do conjunto indiferenciado dos uns, deixando sua marca como cicatriz (...) Assim, o Um pode fazer dois, articulando-se com S² compondo uma cadeia (Pimenta, 2021).

Retomando a problemática central de nossa pesquisa, o que podemos tratar acerca *lalíngua* no que concerne à clínica das psicoses? Pimenta (2021) nos auxilia nessa articulação e instrui que, no caso das psicoses, encontramos o sujeito retido entre letra e linguagem. Nesse caso, S¹ se destaca do conjunto de significantes indiferenciados, mas não se enlaça à S², impedindo a inserção no discurso. É o *chumbo na malha* que, como vimos na leitura do Seminário 3 de Lacan, caracteriza o uso do significante nas psicoses.

Nas neuroses, porém, encontramos uma ordenação do discurso ratificada pelo significante Nome-do-Pai. O sujeito é, portanto, levado a realizar um tratamento do real através da linguagem, com a conseqüente fundação do inconsciente (Guerra, 2010, p.68). Nesse caso, o falante é interpelado a lidar com o fora de sentido que é *lalíngua*, valendo-se da fantasia para

recobrir o gozo e o furo provocado pela extração do objeto (Pimenta, 2021). Carentes do recurso simbólico, os psicóticos precisarão forjar outras saídas para tratar do real, invenções que serão amplamente estudadas por Lacan em seu seminário “O *sinthoma*”, dedicado ao autor irlandês James Joyce. Para Guerra (2010), essas criações produzem efeitos na dobradiça real-simbólico. É o que Joyce nos apresenta com sua obra, uma criação que não sugere uma construção significante, tal qual vimos em Schreber, mas um trabalho que evoca o litoral entre real e simbólico: o emprego da letra e da escrita.

3.5 - Joyce e a escrita do ego: o *sinthoma*

Retomando o início da pesquisa, vimos que a forclusão do Nome-do-Pai se apresenta como mecanismo específico das psicoses e que, conseqüentemente, esses sujeitos não contam com a referência fálica em sua estrutura de linguagem. Outras referências são, portanto, necessárias para que o sujeito possa lidar com o real e o corpo. Para essa clínica, é preciso considerar a necessidade de forjar um corpo que seja habitável, questão que se apresenta como bastante distinta daquilo que ocorre nas neuroses, em que o corpo pode se servir do sintoma como ancoragem (Barreto, 2018). Assim, podemos lançar mão do que Lacan propõe por *sinthoma*, elemento que faz as vezes do Nome-do-Pai, enlaçando real, simbólico e imaginário.

“O *sinthoma*” é também o nome do livro 23, seminário que Jacques Lacan dedica a James Joyce e à sua literatura. É nesse momento de seu ensino que Lacan apresentará a arte de Joyce como *fiadora do falo*, ou seja, tendo como função compor uma firmeza fálica (Lacan, 1975-76/2007, p. 16). Joyce, enquanto artista, pôde operar na produção de um *sinthoma*, forjando o quarto elemento. Lacan nos mostra, através da topologia dos nós, que “é preciso supor tetrádico o que faz o laço borromeano” (1975-76/2007, p. 21). Há, nesse sentido, várias versões de pai que podem servir de quarto elemento, estabelecendo o laço. O termo *perversão* — *perversion* em francês — admite aqui outro uso, tratando-se da *pére-version*, ou seja, das “diferentes versões em direção ao pai” (1975-76/2007, p. 21). O Nome-do-Pai, portanto, não funcionaria como único operador possível para a amarração dos registros. Como indica Lacan, “o complexo de Édipo é, como tal, *um* sintoma” (1975-76/2007, p.23). Em Joyce, sua constituição não conta com o Édipo, mas com a arte de sua literatura.

Não tratarei, nesta dissertação, de abordar um estudo minucioso sobre James Joyce, apresentando especificidades sobre sua obra. No entanto, reconheço que, para tratar da escrita

enquanto suplência, é necessário fazermos algum percurso sobre o assunto. Joyce, na leitura lacaniana, nos ensina sobre o estatuto do *sinthoma* que, diferente do sintoma, não é símbolo, não se trata de uma formação inconsciente, mas de suplência (Bastos, 2008). Nesse sentido, uma importante articulação é marcada entre o pai como nome - Nome-do-Pai -, e o pai que nomeia. Bastos (2008) nos dirá que esse último é suscetível de pluralização, de acordo com os artifícios forjados por cada sujeito. Em outras palavras, é “na medida em que o Nome-do-Pai é também o Pai do nome, que tudo se sustenta” (Lacan, 1975-76/2007, p. 23). No caso de Joyce, seu modo de operar um *sinthoma* ocorre por meio da escrita, uma escrita que, como vimos antes, não encontra suporte no sentido. Trata-se, portanto, do uso da letra a serviço do gozo. Aqui, podemos ingressar no que Lacan nomeia por escrita dos nós:

À escrita significante acrescenta-se, portanto, uma outra escrita. Na escrita significante, o uso da letra dá suporte ao significante; nesta outra modalidade de escrita, aquela dos nós, a letra não se encontra a serviço do significante, mas do gozo (Bastos, 2008, p. 356).

E o que seria, propriamente, a escrita dos nós? Essa pergunta parece orientar o percurso feito por Lacan em seu seminário sobre Joyce. Logo de saída, no início do livro 23, Lacan apresenta o nó borromeano. Em sua definição, o nó goza da propriedade borromeana uma vez que, seccionadas quaisquer uma das rodinhas, todas as outras estarão livres (Lacan 1972-73/2007, p. 139). O formato do nó foi observado por Lacan no brasão da família dos Borromeus e, como acrescenta o psicanalista, esteve sempre ali, mesmo que ninguém retirasse consequências disso (Lacan, 1975-76/2007, p. 20). Aquele desenho que, a princípio, não tinha qualquer relação com o que viria a ser depois, torna-se, para Lacan, o suporte para o que precisava transmitir. É nesse sentido que podemos reconhecê-lo como recurso topológico que também pode servir para pensar as invenções psicóticas (Guerra, 2008).

Quando Lacan afirma que “é preciso supor tetrádico o que faz o nó borromeano” (1975-76/2007, p. 21), trata-se de acrescentar ao nó de três elos um quarto elemento. Segundo Guerra (2008), é o quarto elemento, forjado por cada sujeito, que dará a característica borromeana ao nó. Um pouco mais adiante, ainda no seminário 23, Lacan, respondendo às perguntas que lhe foram direcionadas ao longo da aula, diz que, sem a sustentação de um quarto elo, não podemos mais considerar que haja um nó. É o que afirma Guerra (2008) quando escreve que há, por

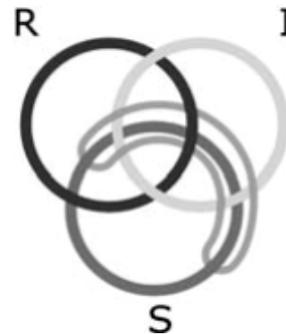
Lacan, um certo abandono do nó de três. Abaixo, a demonstração, em duas figuras, do nó de três e quatro elos, respectivamente:

Figura 7 - Nó borromeu de três aros



Fonte: Lacan, 1975-76, p. 21

Figura 6 - Nó Borromeu com quatro aros, com *sinthoma*



Fonte: Lacan, 1975-76, p. 21

Com relação ao nó, Lacan nos alerta que é preciso “dar duro”. Embora essa afirmação tenha sido originalmente utilizada pelo psicanalista para refletir sobre os obstáculos envolvidos na tarefa de conceber como concreto um nó abstrato (Lacan, 1976-76/2007), a expressão “dar duro” nos convida a considerar o trabalho ao qual cada falante se sujeita para forjar o quarto elo. A Joyce, Lacan atribui a função de artesão, alguém que, por meio de sua arte, produziu um elemento chamado *sinthoma*. Nas palavras do psicanalista: “Joyce acaba por ter visado em sua arte, de maneira privilegiada, o quarto termo chamado de *sinthoma*” (1975-76/2007, p. 38).

Em uma importante seção do seminário 23, quando Lacan tece algumas elaborações sobre a escrita em Joyce, o psicanalista esclarece que, com relação ao nó, foi preciso fazê-lo. Não havia em Joyce nenhuma espécie de nó borromeano, uma vez que o real e o simbólico se encontravam entrelaçados, enquanto que o imaginário permanecia solto. Fabricar o nó seria, para Lacan, uma questão de escrita. Trata-se, aqui, de uma outra escrita que, como vimos antes, não se orienta pela dimensão significante, mas pelo uso da letra.

A primeira coisa que posso lhes dizer é que a expressão “É preciso fazê-lo!” tem um estilo agora. Ela jamais foi dita assim, e isso, naturalmente, combina muito bem com a fabricação desse nó que, na realidade, é uma cadeia (...) É preciso fazê-lo se reduz a escrevê-lo (Lacan, 1975-76, p. 140).

J. Lacan, em diversos momentos do seminário, se pergunta sobre a função da escrita para Joyce. Afinal, como Joyce funcionou como escritor? Ou ainda, o que escrever significou para o autor irlandês? Lacan (1975-76/2007), nos indica que a escrita joyciana foi elemento responsável pela escrita de um ego. Aqui, podemos convocar algumas tessituras de Lacan acerca desse assunto. Pensar na escrita do ego é, sobretudo, evocar a problemática do corpo. Como nos lembra Freud, o ego é, acima de tudo, um ego-corporal (Freud, 1923). Portanto, trata-se de, por meio da escrita, obter algum enquadramento, como avisa Lacan, enquadramento este “que está ligado ao estofado do que ele mesmo [Joyce] conta” (Lacan, 1975-76/2007, p. 144). É também esse enquadramento corporal que se relaciona com as rodela do nó que, de alguma maneira, são seu suporte. Lembra-nos o psicanalista: “o corpo só tem estatuto respeitável, no sentido comum da palavra, graças a esse nó”. (1975-76/2007, p. 37). Logo, há uma relação estreita entre o nó borromeano e o suporte do corpo enquanto imagem.

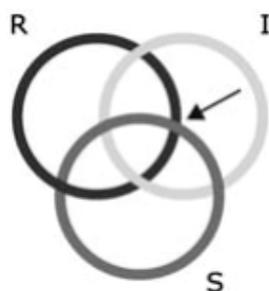
Seguindo esse raciocínio, Lacan levanta uma pergunta intrigante: em relação a Joyce, quem sabe o que se passa com seu corpo? (1975-76/2007). Ao tratar dessa questão, o psicanalista relata uma confidência que o autor irlandês faz em um de seus escritos “Portrait of the Artist as a Young Man”. Nesse relato, Joyce descreve um encontro com colegas que o acam contra uma cerca de arame farpado para agredi-lo. Um dos colegas o golpeia repetidamente, com a ajuda dos outros. Joyce se pergunta, passado esse episódio, como pôde não guardar rancor diante de toda a violência. Chega então à conclusão de que toda a coisa se esvai, como uma *casca*. Aqui, Lacan recolhe uma indicação entre a relação de Joyce com o corpo próprio, anunciando-a como “uma relação já tão imperfeita em todos os seres humanos” (Lacan, 1975-76/2007, p. 145). A *casca* que Joyce deixa cair é, segundo Lacan, a queda do corpo próprio. Podemos pensar nessa possibilidade quando consideramos que nunca *somos* um corpo, mas o *temos* e, por isso, esse corpo está passível de se esvaír:

Ter relação com o próprio corpo como estrangeiro é, certamente, uma possibilidade, expressada pelo fato de usarmos o verbo *ter*. Tem-se seu corpo, não se é ele em hipótese alguma (...) Mas a forma de Joyce de *deixar cair* a relação com o corpo próprio é totalmente suspeita para um analista, pois a ideia de si como um corpo tem um peso. É precisamente o que chamamos de ego (Lacan, 1975-76, p. 146).

O que chamamos de ego, o ego narcísico, tem relação estreita com o suporte do corpo como imagem. Se, em Joyce, resgatamos essa relação específica com o corpo próprio, o que

podemos dizer acerca de seu ego? É o que Lacan se pergunta. Trata-se, portanto, de escrever essa particularidade de Joyce no nó.

Figura 8 - O nó que rateia

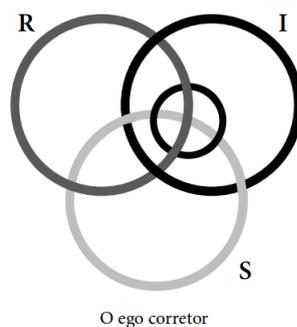


Fonte: Lacan, 1975-76, p. 147

Há, nesse nó, um erro que acaba por invalidar a propriedade borromeana. Lacan indica que, quando a terceira rodela passa por cima do grande R, ao invés de passar por baixo, o que temos é o imaginário solto, tal qual em Joyce. Essa peculiaridade, diz Lacan, pode ser uma das razões pelas quais o ego de Joyce seja de natureza tão distinta. Talvez, por isso, a ilegibilidade da obra joyciana.

No entanto, esse mesmo ego parece desempenhar a função de corrigir a relação ausente que, no caso de Joyce, não amarra borromeamente. É o que Lacan propõe: “Por esse artifício de escrita [do ego], recompõe-se, por assim dizer, o nó borromeano” (1975-76/2007. p.148).

Figura 9 - O ego corretor



Fonte: Lacan, 1975-76, p. 147

Nesse sentido, Guerra (2008) complementa afirmando que a escrita do ego, em Joyce, inventaria um novo modo de enlaçamento. Esse ego, propriamente dito, que se escreve em sua obra, é o que permite o enodamento do imaginário no real e no simbólico, graças ao quarto elemento. Em “Sujeito e invenção: a topologia borromeana na clínica das psicoses”, um artigo que auxilia bastante nesta investigação, Guerra (2008) destaca o estudo de Joyce como via de investigação sobre as possibilidades de invenção inerentes à clínica das psicoses, soluções estas que são encontradas por cada sujeito na tentativa de apaziguar um gozo dilacerante.

Mas, haveria alguma aproximação entre o tratamento realizado por Joyce através da escrita da construção do relatório feito pelo nosso paciente? Acredito se tratarem de escritas diferentes, apesar de ambas possuírem efeitos sobre o gozo. O artigo de Guerra (2008) nos dá mais uma pista para explorarmos essa questão: nem toda estabilização é uma invenção *sinthomática* (p. 290). A produção de um *sinthoma*, como vimos, conta com a introdução de um quarto termo:

[...] nem toda a estabilização cria uma forma de amarração dos três registros, podendo ela se desfazer diante de um embate qualquer [...]. O que poderia ser inventada aí seria uma estratégia a partir da qual se produziria uma nova forma de gozo e de articulação entre Real, Simbólico e Imaginário. Trata-se de cortes e suturas que modificam a estrutura do nó, mas que, no entanto, não implicam a existência de um quarto termo que isolaria o efeito real do inconsciente (Guerra, 2008, p. 290).

No caso de nosso paciente, é indiscutível que a escrita produziu efeitos sobre o seu corpo, auxiliando-o na remontagem do que se encontrava fragmentado. No entanto, a solução encontrada por Roberto, apesar de apaziguadora, não parece ter sido tão duradoura para dizermos que houve a construção de um *sinthoma*. Algum tempo depois, o paciente, diante de

uma situação que o convocou a ter que responder novamente a partir de seus recursos, desencadeia uma nova crise, nos indicando, topologicamente, a fragilidade de sua amarração. Em dado momento de sua trajetória de análise, pouco tempo antes da finalização deste trabalho de dissertação, Roberto revela à analista uma época de sua vida em que essa escrita era feita no próprio corpo, a partir de fissuras que marcavam a pele. Além disso, a analista recorda que, em momentos de instabilidade, Roberto se dispunha a escrever mensagens de texto longas e detalhadas, registrando suas manifestações corporais. Com isso, embora acreditemos que ainda não se trate de suplência *sinthomática*, entendemos que o trabalho de escrita não é trivial para esse paciente, havendo um interesse eletivo por essa prática em sua intenção de estabilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas essas considerações, nos aproximamos do desfecho dessa jornada de pesquisa. Vamos, então, extrair alguns pontos importantes que foram apresentados ao longo da dissertação, concepções que foram fundamentais para que pudéssemos abarcar o tema do corpo nas psicoses.

Partindo de Freud, destacamos a teoria da defesa como crucial na compreensão do mecanismo específico das psicoses. Vimos que, desde seus escritos sobre as psiconeuroses de defesa (1894), Freud faz alusão à condição econômica do aparelho psíquico e ao deslocamento libidinal como artifício de defesa. Para o fundador da psicanálise, as psicoses se caracterizam por um desligamento radical com o mundo externo. Para tanto, a leitura freudiana da obra de Daniel Paul Schreber nos ensinou sobre o delírio como tentativa de restabelecimento da realidade, além de nos trazer importantes indicações acerca do desencadeamento psicótico e seus efeitos no corpo.

Em seus escritos sobre o narcisismo (1914), ressaltamos a diferença marcada por Freud entre libido do eu e libido do objeto, retomando o Caso Schreber para estabelecer algumas considerações sobre a paranoia e a esquizofrenia. No que se refere ao movimento libidinal, vimos que, em ambos os casos, há uma fixação libidinal diferentemente localizada. Nesse caso, a paranoia se caracterizaria pela retração libidinal em direção ao narcisismo, enquanto que a esquizofrenia se manifestaria através de uma fixação no autoerotismo. Freud, portanto, atesta maior gravidade para os casos de esquizofrenia que, regredidos de forma mais radical, se configuram pela fragmentação corporal, caracterizada pela dispersão da pulsão.

Para tratar da defesa típica das psicoses, Freud utiliza o termo *Verwerfung*, conceito que será traduzido por J. Lacan mais adiante como a forclusão do Nome-do-Pai. Para Lacan, as psicoses precisam ser pensadas a nível da linguagem e, a partir dessa ótica, estabelece os mecanismos de *Bejahung* e *Ausstossung* para pensar a relação do psicótico com a simbolização. Investigamos que a *Bejahung* é traduzida por Lacan como a admissão símbolo - através do qual se constitui o sujeito do inconsciente - e a *Ausstossung*, como a constituição de uma dimensão exterior, fora de qualquer representação simbólica. Com isso, a *Bejahung* e a *Ausstossung* trabalham em conjunto desde o princípio da constituição do sujeito. Pensando no mecanismo das psicoses, a *Verwerfung*, vimos que esta se caracteriza pela impossibilidade da *Bejahung*, ou seja, trata-se de um fenômeno originário de exclusão do significante primordial.

J. Lacan, ao dissertar sobre a *Verwerfung* freudiana, percebe no caso do Homem dos Lobos algumas brechas deixadas por Freud que o levam a crer que Serguei Pankejeff apresenta traços que sugerem uma psicose. A partir da alucinação do dedo cortado, como vimos, Lacan tece elaborações sobre o mecanismo da *Verwerfung* (rejeição) como mecanismo diferente da *Verdrängung* (recalque) e, a partir desse caso, formaliza o conceito da foraclusão.

Para pensar os efeitos da foraclusão do Nome-do-Pai no corpo, recorreremos aos estudos sobre a constituição do corpo nas psicoses, com base no que propõe Lacan sobre a teoria do estádio do espelho. Com Brousse (2014), vimos que a teoria do espelho de Lacan nos leva a considerar que a unidade do corpo não é resultado de sensações orgânicas, mas da imagem encontrada no espelho, representante do outro. A imagem recobre, portanto, um corpo despedaçado e a identificação do sujeito com o reflexo no espelho concede unidade ao que não tem. Para que essa imagem se firme em sua consistência, vimos que é preciso a extração do objeto a, permitindo ao sujeito um corpo ordenado, localizado em suas pulsões. No caso das psicoses, o falante, ao rejeitar a inscrição da castração, não conta com a extração do objeto condensador de gozo. O corpo do psicótico se caracteriza, portanto, por um excesso de gozo, deslocalizado, que pode retornar no corpo, no caso da esquizofrenia, ou no Outro, no caso da paranoia.

Com isso, a partir do estudo de um caso clínico em particular, o caso Roberto, pudemos verificar os efeitos no corpo promovidos pelo gozo deslocalizado, e ainda, saídas forjadas para lidar com a fragmentação corporal. No caso do paciente, a escrita de um relatório serviu como recurso para o excesso de gozo que vivenciava, possibilitando certa estabilização corporal. Visto isso, recorreremos a Miller em “A invenção psicótica” (2003), nos aproximando do que propõe o autor sobre as invenções possíveis para lidar com o problema do corpo. Nesse sentido, ratificando o ponto de partida dessa pesquisa, vimos que o uso do corpo constitui um problema para todos nós, salvo que, para os neuróticos, há soluções típicas para esse problema, soluções que estão ancoradas no Nome-do-Pai. No caso das psicoses, como vimos em Schreber, outros modos para lidar com o gozo são empreendidos. O presidente, por não poder contar com a metáfora paterna, é obrigado a constituir um delírio como esforço de invenção (Miller, 2003). Trata-se, portanto, de uma maneira inédita de aparelhamento do gozo e, conseqüentemente, de construção de um corpo.

Seguindo a investigação do caso clínico apresentado no segundo capítulo desta pesquisa, buscamos averiguar o modo como a escrita de Roberto produziu efeitos sobre seu corpo, auxiliando-o na remontagem do que se encontrava fragmentado. Para isso, adentramos nos estudos sobre a escrita e a letra no ensino de Lacan, no intuito de investigar a relação entre

escrita e gozo. Observamos o caminho traçado por Lacan para tratar da letra como suporte material do significante e, mais adiante, certificamos em “Lituraterra” (1971/2003) a letra aproximada da dimensão do gozo. Se a letra, como nos instrui Lacan, compõe o litoral entre saber e gozo, o que se escreve? Chegamos, portanto, ao campo de *lalíngua* e retomamos a passagem citada por Lacan: “A nuvem de linguagem (...) faz escrita” (Lacan, 1972-73/2008, p. 128). Seguindo Lacan, em “A Terceira”, *lalíngua* precipita-se na letra, precisamente, quando produz marca, trilhos para o gozo. De acordo com Alvarez (2020), se *lalíngua* está ligada ao gozo deslocalizado, a letra exige a localização desse gozo.

Dito isso, pudemos pensar no tratamento do gozo promovido pela escrita, e foi o que James Joyce nos ensinou com sua literatura. Para tanto, realizamos um breve percurso através dos estudos lacanianos sobre Joyce, a fim de que pudéssemos articular as noções de escrita e suplência e, com isso, verificamos a função da literatura joyciana na produção de um *sinthoma*, elemento que faz as vezes do Nome-do-Pai, enlaçando os três registros. Lacan (1975-76/2007), como vimos, nos indica que a escrita de Joyce foi responsável pela invenção de um ego – um ego que, como propõe o psicanalista, tem relação estreita com o suporte do corpo.

Por fim, nos perguntamos se poderíamos traçar algum paralelo entre o tratamento realizado por Joyce através da escrita e o relatório construído pelo nosso paciente. Concluímos que, diante da construção *sinthomática* de Joyce, são escritas diferentes. Como indicou Guerra (2008), nem toda estabilização é uma invenção *sinthomática*, essa que, como observamos, conta com a introdução de um quarto termo. Apesar de serem incontestáveis os efeitos da escrita sobre o gozo nesse caso, constatamos que a solução encontrada por Roberto não pareceu ser tão duradoura. Reconhecemos que, nem por isso, o trabalho com a escrita deixou de ser um tratamento para o paciente. Com isso, retomamos um dos tópicos elaborados no último capítulo dessa pesquisa, cujo título evoca uma pergunta que, apesar de tantas elaborações, ainda ressoa enquanto questão: pode a escrita promover um tratamento do Real? Pensamos que esse é um tema que ainda desafia e que, portanto, inspira novos esforços de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Angélica; FREIRE, Beatriz. Sobre o conceito de alíngua: elementos para a psicanálise aplicada ao autismo e às psicoses. In.: **Psicanalisar hoje**, p. 107-122, 2006.

BASTOS, Angélica. O sinthoma: uma questão de escrita. In.: **Ágora**, v.XI, n.2, p. 349-356, 2008.

BARRETO, Fábio. Fenômeno e acontecimento de corpo na clínica da estabilização psicótica. In.: **Revista de la red universitaria americana**, v.1, p. 34-43, 2018.

BREUER, J.; FREUD, S. **Estudos sobre a histeria**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

BECKETT, Samuel et al. **Our exagmination round his factification for incamination of work in progress**, London: Faber & Faber, p. 3-22, 1961.

BROUSSE, Maria-Hélène. Corpos Lacanianos: novidades contemporâneas sobre o estádio do espelho. In.: **Opção Lacaniana online**, ano 5, n. 15, 2014. Disponível em: http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_15/corpos_lacanianos.pdf Acesso em: 18 jul. 2023.

COPPUS, Alinne. Do corpo imaginário ao corpo marcado pelo objeto *a* no ensino de Lacan: uma torção. In.: **Reverso**, ano 30, n. 56, p. 71-76, 2008.

FREUD, Sigmund. **O infamiliar**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

_____. **As neuropsicoses de defesa**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. **A Interpretação dos sonhos**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

_____. **Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. **O caso Schreber**: artigos sobre a técnica e outros trabalhos. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **Sobre o narcisismo**: uma introdução. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **A perda da realidade na neurose e na psicose**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **O Ego e o Id.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Neurose e Psicose.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **História de uma neurose infantil e outros trabalhos.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

_____. **A negativa.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

GARCIA-ROZA, L. A. A função significativa da palavra: Lacan e Santo Agostinho. In.: **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 53, n. 3, p. 89-94, 2019.

GUERRA, Andréa, M. C. **A psicose.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GUERRA, Andréa, et al. Sujeito e invenção: a topologia borromeana na clínica das psicoses. In.: **Ágora**, v. XI, n. 2, p. 283-297, 2008.

GUARANÁ, Bruna; VIEIRA, Marcus. Schreber e a escrita: transcrição do delírio e seus efeitos de estabilização. In.: **Psicologia em estudo**, v. 23, 2018.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1:** Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. **O Seminário, livro 2:** O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **O Seminário, livro 3:** As psicoses. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O Seminário, livro 10:** A angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In.: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu. In.: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. Lituraterra. In.: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. Radiofonia. In.: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **O Seminário, livro 20:** Mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **O Seminário, livro 23:** O Sinthoma. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LACAN, Jacques; MILLER, Jacques-Alain. **A Terceira. Teoria de lalíngua.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

- LAURENT, Éric. **Versões da clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- MANDIL, Ram. **Os efeitos da letra**: Lacan leitor de Joyce. Coleção Opção Lacaniana, vol. 3. Minas Gerais: Contracapa, 2003.
- MILLER, Jacques-Alain. A invenção psicótica. In.: **Opção Lacaniana**, n.36. p. 7-16, 2003.
- _____. O escrito na fala. In.: **Opção Lacaniana online**, ano 3, n.8, 2012. Disponível em: http://opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_8/O_escrito_na_fala.pdf Acesso em: 18 jul. 2023.
- MANSO, Rita; CALDAS, Heloisa. Escrita no corpo: gozo e laço social. In.: **Ágora**, v. XVI, n.especial, p. 109-126, 2013.
- NICOLAU, Roseane; GUERRA, Andrea. O fenômeno psicossomático no rastro da letra. In.: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 226-241, 2012.
- OLIVEIRA, Rosa Alba Sarno. **A invenção do corpo nas psicoses**. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.
- PIMENTA, Paula. Lalíngua, letra e acontecimento de corpo. In.: **Boletim Ecos**. n. 1, Minas Gerais, 2021.
- RAMIREZ, Camillo. Lalíngua. **Scilicet: o corpo falante – sobre o inconsciente no século XXI**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 2016.
- SCHREBER, D., P. **Memórias de um doente de nervos**. São Paulo: Todavia, 2021.
- SOLER, Collete. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- TIRONI, Angélica Cantarella. O caso paradigmático do Homem dos Lobos. In.: **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, n. 9(17), p. 43-66, 2014.
- VIEIRA, Marcus. Sobre o Japão de Lacan. In.: **Latusa**, v. 8, p. 35-39, 2003.
- VIEIRA, Marcus. Com quantos elementos se faz uma invenção? In.: **Latusa**, n. 25 – Impossível tirar o corpo fora: Exílios e confinamentos, EBP-Rio / Contracapa, Rio de Janeiro, 2021).